



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
CURSO DE BACHARELADO EM TRADUÇÃO

THIAGO DE LIMA OLIVEIRA

POÉTICAS E POLÍTICAS DA PALAVRA
Desconstruindo a noção de autoria em Lawrence Venuti

JOÃO PESSOA – PB

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
CURSO DE BACHARELADO EM TRADUÇÃO

THIAGO DE LIMA OLIVEIRA

POÉTICAS E POLÍTICAS DA PALAVRA

Desconstruindo a noção de autoria em Lawrence Venuti

Versão final da monografia de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Tradução da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Tradução por esta instituição.

Orientadora: Silvana de Souza Nascimento

Coorientadora: Marta Pragana Dantas

JOÃO PESSOA – PB

2013

THIAGO DE LIMA OLIVEIRA

POÉTICAS E POLÍTICAS DA PALAVRA: DESCONSTRUINDO A
NOÇÃO DE AUTORIA EM LAWRENCE VENUTI

BANCA EXAMINADORA



Profª Doutora Silvana de Souza Nascimento



Profº Mestre Daniel A. Alves



Profº Doutor Roberto Carlos de Assis

João Pessoa

2013

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Oliveira, Thiago de Lima.

Poéticas e políticas da palavra: desconstruindo a noção de autoria em
Lawrence Venuti / Thiago de Lima Oliveira. - João Pessoa, 2013.

50f.

Monografia (Graduação em Tradução) – Universidade Federal da
Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana de Souza Nascimento.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Pragana Dantas.

1. Estudos de Tradução. 2. Tradução - Pós-estruturalismo. 2. Autoria.

I. Título.

BSE-CCHLA

CDU 81'25

AGRADECIMENTOS

A possibilidade de este trabalho ‘vir a ser’ está relacionada à ação de algumas pessoas que contribuíram, tenham consciência ou não, para o meu desencaminhamento/reencantamento ao longo de curso de bacharelado em tradução. Em primeiro lugar gostaria de agradecer à professora Andrea Kahmann, que além de me haver apresentado Borges, Lorca, Foucault e outras tantas paixões a que me dedico atualmente, nas manhãs de quinta-feira em 2010, munida de encanto e sua garrafa de chá dedicava-se ao intenso ofício de cupido, tentando inflamar nos corações estudantis o amor pelo texto, matéria-prima de qualquer tradutor. Foi ela também a responsável pelo meu desvirtuamento dentro dos estudos da tradução, quando me propôs justamente um novo posicionamento, uma antigeografia marcada pela fronteira. Estivesse ainda nesta instituição, certamente seria uma pessoa a estar aqui nesse momento.

Às professoras Silvana Nascimento e Marta Pragana que tão atenta e cuidadosamente aceitaram meu convite de orientação e, desde então, vêm trabalhando comigo. À professora Marta, agradeço pela feliz possibilidade de me haver apresentado, dentro dos estudos da tradução, caminhos alternativos entre a linguística e a literatura. Mais que especial é meu agradecimento à professora Silvana Nascimento, minha eterna desorientadora! É a ela quem devo meu retorno às ciências sociais, em especial à antropologia, um das minhas paixões. Também lhe agradeço os livros emprestados, a liberdade confiada, e a contínua tarefa de olhar de perto, de dentro e de fora, às conversas de campo.

Aos professores Daniel Alves e Roberto Carlos por aceitarem compor esta banca.

A Joab Nascimento, pelo amor, cuidado e companheirismo. Verônica Guerra pelas conversas trans+viadas. Josivando Farias e Francisco Abílio pela amizade. Ao amigo Daniel Prestes, pela leitura preliminar do manuscrito.

Aos meus familiares, mestres e protetores.

Thank you por lo todo!

RESUMO

Lawrence Venuti tem sido reconhecido entre os estudiosos da tradução como uma das figuras mais representativas dentro da área no presente século. Através de uma análise historiográfica o autor estabelece um panorama da tradução entre os séculos XVII e XXI e considera a subordinação da tradução aos modelos canônicos e logocêntricos de autoria e direito autoral como uma das razões mais proeminentes para a posição secundária e inferiorizada que ocupa nos sistemas culturais ocidentais. A partir de uma investigação com base nas reflexões de teóricos pós-estruturalistas - mesma corrente teórica a que Venuti se vincula - o presente trabalho busca examinar a noção de autoria em tradução desenvolvida pelo autor. Observamos os argumentos, análises e inconstâncias entre a reflexão de Venuti sobre o papel da autoria no contexto editorial atual e sua proposta de tradução estrangeirizadora como estratégia para burlar com tal sistema que encarcera a tradução em lugares submissos. Os resultados apontam para inconsistências entre as perspectivas adotadas pelo autor para autoria e leitura e sua proposta de quebrar com uma perspectiva racionalista-logocêntrica da tradução como cópia através de uma estratégia estritamente vinculada a uma perspectiva materialista marxista. No entanto, entendemos que tal manobra dentro do escopo macro do pós-estruturalismo pode ser acatada como legítima, tendo em vista que a desconstrução abre espaço para uma reconstrução, que por sua vez pode romper com os regimes de inteligibilidade anteriormente assumidos.

Palavras-chave: Autoria; Estudos da tradução; Pós-estruturalismo; Crítica Pós-moderna.

ABSTRACT

Lawrence Venuti has been recognized among scholars of translation as one of the most representative figures in this area this century. Through a historical analysis he establishes an overview of the translation between the 17th and 21st centuries, and considers the subordination of the translation to canonical and logocentric models of authorship and the copyright as one of the most prominent reasons for the secondary position and inferiority which Translation occupies in Western cultural systems. From an investigation based on the reflections of poststructuralist theorists - same theoretical current that Venuti binds - this work seeks to examine the Venuti's notion of authorship in translation. We note the arguments, analyzes and inconsistencies between the Venuti's reflection on the role of authorship in the current editorial context and its proposed foreignization translation as a strategy to circumvent with such a system that imprisons the translation in places submissive. The results point to inconsistencies between the perspectives adopted by Venuti for authorship and reading and his proposal to break with a logocentric and rationalist perspective of translation as copy through a strategy closely linked to a marxist materialist perspective. However, we understand that maneuver within the post-structuralism macro scope can be heeded as legitimate, given that deconstruction opens up space for a reconstruction, which in turn can break the schemes of intelligibility previously assumed.

Keywords: Authorship. Translation Studies. Post-structuralism. Postmodern criticism.

ÍNDICE

NOTA DO TRADUTOR	9
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I O PÓS-ESTRUTURALISMO E OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO	17
1.1 A Desconstrução e os Estudos da tradução	20
CAPÍTULO II AUTORIA E INSTABILIDADE: VENUTI E O PÓS-ESTRUTURALISMO....	26
2.1 Em busca de evidências: Venuti e o Pós-Estruturalismo.....	26
2.2 Autor, autoria e autoridade	30
CAPÍTULO III - A CÓPIA E O SIMULACRO: POÉTICAS E POLÍTICAS DA PALAVRA....	35
3.1 Da Tradução como violência.....	35
3.2 Autoria Problemática em Lawrence Venuti	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	47

NOTA DO TRADUTOR

A presente monografia se intitula “Poéticas e Políticas da Palavra” por sugestão da professora Silvana Nascimento, com quem venho trabalhando desde meados de 2011. Todavia, sem qualquer prejuízo poderia chamar-se também “Relatos Dissidentes”, seja por seu objetivo implicado, seja pela biografia daquele que a escreve. Apresentada como trabalho de conclusão de curso para o Bacharelado em Tradução da Universidade Federal da Paraíba, revela em palimpsestos a máxima do filósofo grego Heráclito para quem a única constante era a mudança. Desde minha entrada no curso de bacharelado em tradução em 2010 e as vésperas da colação de grau que a escritura desse texto significa e atesta, foi grande o processo de mudança, período de [trans]formação que a vida na [e com as pessoas da] academia me proporcionou.

A escrita desse trabalho está vinculada à proposição teórico-filosófica a que ele se vincula: o pós-estruturalismo, especialmente a desconstrução. Assim, tomando as palavras do filósofo francês Jacques Derrida, esta é uma escrita contaminada. O leitor atente-se às amplas possibilidades de significação do palavrear aqui. Parênteses, colchetes, aglutinações, estrangeirismos e vírgulas têm tanta importância ao longo do texto quanto as palavras ‘em si’, assumindo a elasticidade estética e semântica com que termos e possibilidades de dizer podem ser manuseados.

Exceto se faça necessário, ao longo do texto tais elementos não estarão marcados ou evidenciados de forma especial, pois não os entendo como elementos alienígenas ao texto; formam parte do concreto que utilizo para construir minhas argumentações tanto quanto a escrita convencional. Marcá-las seria inútil, tendo em vista que, tal qual se argumentará nas páginas seguintes, não há qualquer certeza de estabilidade que me permita controlar o que é convencional ou o que é hipertexto, não há a certeza nítida da impressão do pensamento à palavra, pois essa relação é marcada por contínuos processos de reelaboração, distanciamento e reinscrição. Essa forma de dizer e vir a ser estão relacionadas também à minha pretensão ondarilha pelos vários campos de saber que estão relacionados na produção desse texto, mais notoriamente a literatura, a antropologia e a filosofia.

A linguagem aqui é usada como artifício de aproximação e de desfazimento. O objetivo não é desfazer o academicismo, mas sim de recolocá-lo no plano do poético e do político, tal qual o título afirma. Assim, não se trata apenas de conteúdo – o que seria de todo incoerente com a visão que defendemos – mas essencialmente forma, modo de dizer; uma é[sté]tica.

INTRODUÇÃO

É preciso ter asas quando se ama o abismo

- Friedrich Nietzsche

No presente trabalho buscamos empreender uma investigação crítica sobre a noção de autoria concebida dentro pelo teórico da tradução Lawrence Venuti. A investigação caracteriza-se como de caráter qualitativo valendo-se de elementos bibliográficos; está pautada nos referenciais teóricos do pós-estruturalismo, e mais notoriamente, das teorizações da desconstrução estabelecidas pelo filósofo francês Jacques Derrida (2002, 2006; 1991) e da arqueologia de Foucault (1996; 2009). Partindo da metáfora da etnografia enquanto tradução e da tradução enquanto experiência entre culturas, interessa-nos também recuperar a influência dos estudos pós-modernos da antropologia, em especial as críticas empreendidas por James Clifford e George Marcus (1986), no que tais trabalhos podem contribuir para uma problematização da questão da autoria dentro dos estudos da tradução.

Como sugere Mary Snell-Hornby (2006), desde sua emergência enquanto disciplina autônoma na década de 1970, os estudos da tradução vêm fortalecendo-se e ganhando espaço entre as ciências da linguagem como uma interdisciplina. Dessa forma, desde seus primórdios, as reflexões teóricas sobre a tradução foram produzidas por e em diálogo com diferentes campos do saber. A linguística e a literatura foram os campos em que essa reflexão cresceu de forma mais proeminente, mas não são menores as contribuições e perspectivas advindas de diferentes enfoques como a sociologia, semiótica, filosofia, história, estudos populacionais e da antropologia. Entre as razões para essa multiplicidade, ou essa necessidade de suplementação e interlocução com diferentes saberes e formas de produção de conhecimento está a complexidade analítica que, em si, é a linguagem.

Assim como a própria disciplina, este trabalho caracteriza-se como um empreendimento inter e multidisciplinar, dialogando com variadas áreas e campos de saber, de forma mais evidente a filosofia, a linguística, a literatura, a antropologia e a sociologia. Busca-se a partir desse *entre-lugar* estabelecer uma reflexão minimamente profunda sobre o ponto que nos interessa na obra de Lawrence Venuti, um dos nomes mais reconhecidos e influentes nos Estudos da tradução contemporaneamente.

Tendo atraído para si uma notável visibilidade entre críticos e especialistas, a obra de Venuti vem sendo constantemente debatida e divulgada desde suas primeiras publicações na década de 1990 nos Estados Unidos. Venuti é autor de “The Translator’s Invisibility: a history

of translation” (1995a), “The Scandals of Translation”, publicado primeiramente em 1998 e traduzido no Brasil em 2002, pela editora da Universidade do Sagrado Coração. Recentemente Venuti também publicou “Translation changes everything: theory and practice” (2012), livro em que apresenta uma didática de tradução a partir de suas reflexões e propostas teóricas. Além desses dois importantes trabalhos Venuti editou uma antologia de artigos e ensaios sob o título de “Rethinking Translation: discourse, subjectivity and Ideology” (1992), compilou os textos reunidos no “The Translation Studies Reader” (2000)¹, e, além disso, o autor assina diversos artigos e ensaios publicados em revistas diversas das mais influentes universidades do mundo, referências ou não na área de tradução. Outro elemento significativo na formação de Venuti são as traduções - feitas por ele - do romancista italiano Igino Ugo Tarchetti, que subsidiaram grande parte de suas análises (1995a) e também por vezes é tomado como exemplo prático de sua proposta política para a tradução.

Partindo de sua experiência de tradutor e professor universitário, Venuti opõe-se à tradição humanista da oficina norte-americana de tradução e empreende uma crítica aos moldes de tradução então reinantes em seu contexto sócio-histórico e cultural: os Estados Unidos do século XX (VENUTI, 2002). Para o autor, a prática de tradução em seu país naquele momento está reduzida a uma atividade inferiorizada, que reduz o trabalho do tradutor e a cultura fonte em si à invisibilidade. Entre as razões que aponta para tal situação, Venuti chama a atenção para o que ele nomeia como “ilusão da transparência”, a produção de textos “limpos”, sem marcas ou registros de origem, que passariam facilmente como um texto qualquer da língua nativa. A transparência e fluência que o mercado editorial por vezes exige dos textos traduzidos encobrem uma relação de dominação e ocultação do outro traduzido (VENUTI, 1995a). Em seu estudo sobre as grandes “fraudes” envolvendo a tradução nos últimos séculos, Venuti comenta:

Na prática, o fato da tradução é apagado pela supressão das diferenças culturais e linguísticas do texto estrangeiro, assimilando-o a valores dominantes da cultura da língua-alvo, tornando-o reconhecível e, portanto, aparentemente não traduzido. Com essa domesticação o texto traduzido passa como se fosse natural. (VENUTI, 2002, p.66).

A crítica de Venuti é no sentido de condenar as estratégias textuais que vêm produzindo efeitos de neutralização das diferenças linguísticas e culturais transparentes na superfície do texto. Essa crítica é estabelecida através de uma análise histórica da prática de tradução nos últimos séculos nos contextos estadunidense e britânico, lócus a partir de onde

¹ A primeira obra de Venuti é o livro “Our Halcyon Days: English Prerevolutionary Texts and Postmodern Culture”, de 1989, obra em que apresenta alguns elementos da reflexão pós-estruturalista e suas relações com a língua inglesa.

estabelece sua crítica (1995a; 1992; 2002). Ainda segundo o autor, essa neutralização da diferença e consequente invisibilização do outro posiciona a tradução no patamar de instrumento para “violência etnocêntrica”, na medida em que os textos traduzidos são reduzidos às expectativas e visões de mundo da cultura de chegada, ignorando qualquer assimetria existente entre as culturas produtora e receptora.

Em seu primeiro livro como autor, *The Translator Invisibiliy* (1995a), Venuti escreve:

Admitindo (desde que com qualificações como “tanto quanto possível”) que a tradução pode nunca ser completamente adequada ao texto estrangeiro, Schleimarcher permitiu ao tradutor escolher entre um método de domesticação, uma redução etnocêntrica do texto estrangeiro aos valores culturais da língua alvo, trazendo o autor de volta para casa, e um método de estrangeirização, uma pressão etnodesviante sobre tais valores para registrar as diferenças linguísticas e culturais do texto estrangeiro, levando o leitor até o autor (1995, p. 20. Tradução nossa).

A argumentação de Venuti é estabelecida com base na reflexão do teórico romântico Freidrich Schleimarcher, estabelecendo assim uma visão dicotômica em que há apenas duas possibilidades para lidar com os textos em tradução: ou adaptá-los aos valores e crenças da língua para a qual se traduz, ou preservar a assimetria e a diferença, reescrevendo um texto descontínuo, não fluente, no qual tais diferenças possam se fazer evidentes.

Pouco após apontar para essas duas possibilidades, o teórico estadunidense continua e afirma ser “especialmente necessária uma estratégia de intervenção cultural” que possa “restringir a violência etnocêntrica da tradução” (VENUTI, 1995, p.20). Para Venuti a única forma de realizar tal coisa seria através de uma estratégia de tradução que resitisse à fluência, à imposição dos estilos e valores culturais predominantes, para não dizer hegemônicos, da cultura receptora. Enfim, a estrangeirização consistiria numa solução viável, como uma medida de explicitação das diferenças, uma forma de respeito ao texto traduzido na opinião do autor.

Para romper com essa política de ocultação, ou nos termos de autor, “invisibilidade do tradutor” e da cultura-fonte, Venuti oferece uma série de estratégias que teriam como propósito restituir no texto o lugar que caberia tanto ao tradutor quanto à cultura a partir da qual o texto fora produzido: uma resystência².

A ilusão da fluência e por fim a inferiorização da tradução enquanto ofício e atividade cultural para Venuti têm várias razões, entre elas a centralidade que se atribui à figura do

² Em seu texto Venuti refere-se a esta estratégia como “resistency”, uma corruptela do inglês padrão “resistence”, de modo a apontar a distinção da sua estratégia de rompimento para quaisquer outras. Aqui, optamos por traduzir como “resystencia”, reelaborando a corruptela para fins semelhantes: diferenciar a estratégia sugerida pelo autor de qualquer outra.

autor, entidade genial e demiúrgica, criador *ab nihilo* daquilo que é apresentado como dele – e apenas. Para Venuti, alcançar um novo status de visibilidade da tradução e das produções literárias periféricas em contextos hegemônicos implica necessariamente em desconstruir e reelaborar as categorias tradicionais pelas quais a tradução vem sendo pensada, em especial a noção de autoria.

Em seus textos, Venuti eleva a noção de autoria a uma posição central, pois, segundo ele, é não apenas um vetor de ocultação dos modos e agentes de produção do texto traduzido, mas também um dispositivo de solução para o problema que é. Em síntese: contra a autoria uma contra-autoria.

A questão aparece como elemento central de discussão, por exemplo, em sua introdução à obra de 1992, quando o autor afirma que o discurso de uma parcela significativa dos tradutores sobre seus próprios trabalhos permanece “casual, beletrístico, limitado a prefácios esporádicos, entrevistas, convites para palestras” (VENUTI, 1992, p. 2). O autor estabelece desta forma a ação dos agentes envolvidos nesse intenso processo de hierarquização de práticas culturais e inferiorização da tradução. Nesse processo atuam desde os próprios tradutores até acadêmicos, editores, críticos, leitores, livreiros, instituições e órgãos financiadores, patronos e mecenas. Venuti considera que esse esquema estabelece as regras, padrões e/ou instrumentos de avaliação dos bons textos literários. Sobre a rubrica dos bons textos recai o louvor do invento genial, do ato de criação, inovação, desenvolvendo desta maneira uma distinção negativa entre as boas criações em detrimento das traduções, “trabalhos amadores” (1992, p.3).

No entendimento do autor “isso mostra que a tradução hoje é marginalizada por uma concepção essencialmente romântica de autoria”. Analisando o caso do tradutor Gregory Rabasa, que afirmava a importância de novas traduções de velhos clássicos, a fim de preservar sua glória, Venuti, tomando-o como exemplar, afirma:

O original é eterno e a tradução datada. O original é um monumento imutável da imaginação humana (um “gênio”), transcendendo o linguístico, cultural, mudanças sociais na qual a tradução é um efeito determinante. Rabasa afirma ainda que “as escolhas feitas na tradução nunca são tão seguras quanto as feitas pelo autor porque não estamos escrevendo nosso próprio material”. O original é uma forma de autoexpressão apropriada ao autor, uma cópia fiel de sua personalidade ou intenção (...) enquanto a tradução é uma cópia de uma cópia, derivativa, simulacro, falsa, uma imagem sem semelhança (VENUTI, 1992, p.3 – tradução nossa).

O caso de Gregory Rabasa é exemplar da concepção partilhada por editores, críticos e acadêmicos (nem sempre) especializados, e que de uma forma ou de outra, acabam por

constituir a “ordem do discurso”, sobre a tradução. É justamente contra essa concepção edificada que o autor se mobiliza. De tal forma, o projeto de Venuti ultrapassa a medida de uma teoria linguística ou filosófica da tradução e propõe-se essencialmente a um posicionamento político. Conforme nota Edwin Gentzler,

O projeto de Venuti vai mais longe, pois também é político; ele aborda questões de língua, discurso e subjetividade em termos de suas ideologias e sua relação com as construções sociais, e tem noções muito definidas do que é conservador e do que é progressista. Ele questiona os conceitos de originalidade e autoria que subordinam o texto fonte, acreditando pro outro lado que ambos são derivativos e heterogêneos (GENTZLER, 2009, p.63).

Destarte, Venuti desenvolve análises detalhadas, ainda que seletivas, de experiências e registros históricos que procuram evidenciar o status inferiorizado da tradução, mas que também apontam em direção a novas orientações para a tradução, pautada em pressupostos políticos marcados rumo à subversão do que já estaria estabelecido como canônico. Através do que chama de leitura sintomática, uma “abordagem histórica para o estudo de traduções que objetiva precisar com exatidão o cânone em seu momento cultural” (VENUTI, 1995a, p.38), o autor procura apontar para as estratégias históricas de ocultação do texto estrangeiro, através da modelagem da tradução para atender aos interesses sociais e políticos de diversos grupos, e as formas para burlar tal estratégia.

A análise sintomática elaborada por Venuti tem base nas teorias da linguagem vinculadas às correntes pós-modernas, em especial àquilo que se convencionou chamar de “pós-estruturalismo”, um aparato crítico, por vezes divergente, que tem como propósito empreender análises aprofundadas e críticas sobre as estruturas da tradição científica ocidental. Entre as referências levantadas e mobilizadas por Venuti aparecem com constância menções a filósofos como Jacques Derrida, Maurice Blanchot e Michel Foucault, além de outros trabalhos notáveis desenvolvidos por Jean-Jacques Lecercle, Philip Lewis, entre outros. Para fins meramente didáticos e de simplificação, reunimos sob o título de “Desconstrução” as proposições teóricas e filosóficas da *différance* de Jacques Derrida (1991) e da *arqueologia* de Michel Foucault, mesmo entendendo suas eventuais discrepâncias e distanciamentos eventuais.

Consoante Rosemary Arrojo (1992), boa parte das teorias de tradução que tem servido de fundamento ou justificativa para a prática estão fundadas em noções logocêntricas, pautadas num modelo de razão cartesiano. Esse modelo tem concebido uma perspectiva estável e determinista sobre conceitos fundamentais que operam sobre a tradução, a exemplo de texto, significado, original, autor, entre outros. Ao entender tais categorias tal como são

concebidas como “ficções de realidade”, Arrojo busca propor uma abordagem “menos ilusória” para pensar tais questões. A tradução aparece como uma metáfora constantemente reiterada no discurso desconstrucionista, tendo em vista que “pode servir como um instrumento desconstrutor de proposições acerca da linguagem há muito estabelecidas e raramente discutidas” (ARROJO, 1992, p. 73).

Todavia é preciso advertir: a proposta de desconstrução "não pode ter como meta o rompimento ou apagamento das oposições dicotômicas e hierarquizadas que examina, mesmo porque seu próprio discurso continua a utilizar os termos dessas distinções" (ARROJO, 1992, p.27). As limitações que a desconstrução encontra e impõe a si mesma não se resumem à sua impossibilidade de rompimento com as categorias que analisa, pois esbarra com o que o tradutor Paulo Henriques Britto chama de “impossibilidade prática”. Para o autor:

Sem dúvida, a crítica desconstrutivista nos leva a relativizar vários conceitos – ou seja, encará-los tais como são, como ficções e não realidades. Porém, não podemos abrir mão dessas ficções – e não podemos aqui não tem o sentido deontico de “não devemos”: trata-se de uma impossibilidade prática. Conceitos como “significado”, “original” e “equivalência” são pressupostos incontestáveis das práticas textuais, por mais problemáticos que sejam. Devemos criticá-los, estar sempre atentos para seu caráter construído, mas deles não podemos abrir mão. O jogo do logocentrismo é, em última análise, o jogo da linguagem. Recusar-se a jogar é condenar-se ao silêncio (BRITTO, 2001, p. 48).

Assim para Britto, a perspectiva desconstrucionista em seu papel de crítica ao cânone do pensamento ocidental prestou um grande serviço à tradução a se posicionar no sentido de questionar e re+significar as categorias fundamentais da prática de tradução, como as qualifica Britto. Nesse ínterim, Venuti assume uma posição semelhante. Ao vincular-se aos teóricos do pós-estruturalismo seu objetivo é apontar os mecanismos que estão envolvidos na produção de textos fluentes e situar sua proposta como uma estratégia de resistência ao poderio hegemônico que coloniza os textos traduzidos.

Para tanto, Venuti assume junto a impossibilidade de se pensar em significados estáveis, inerentes ao texto, percepção que há séculos dominou uma perspectiva contedústica de tradução. Assim como para Derrida (2002), os significados são criados por um movimento incessante de significação, movimento esse incapaz de controlar por modelos racionais a leitura e o entendimento. O pós-estruturalismo, e mais criticamente a desconstrução, estabelece um desmonte radical em conceitos fundadores e basilares da teoria e prática de tradução. Texto, significado, significante, autor, tradução: todos os conceitos precisam ser repensados, relocalados em função de seu lugar e suas possibilidades analíticas.

É a partir dessa impossibilidade de significados estáveis que a escritura e a autoria se vêm situando como um processo de impressão do pensamento original. Para Venuti, assumir a instabilidade dos significados implica assumir que originais não existem, pois que seriam releituras, traduções de outros anteriores, derrubando por terra o princípio da originalidade. Em sua política de luta contra as traduções fluentes, que repetem esse modelo logocêntrico que invisibiliza aos tradutores e à língua de partida, Venuti sugere a adoção uma prática de tradução que considere a inserção de literaturas periféricas nos grandes centros hegemônicos conservando aquilo que pode parecer como estranhamento, o resíduo caracterizador da assimetria, da diferença.

Neste trabalho interessa-nos de fato analisar as tensões e problemáticas que se estabelecem nesse encontro entre pressupostos teóricos estabelecidos por Venuti e a viabilidade de sua política de tradução. Particularmente, esse trabalho objetiva apresentar (i) as contribuições teóricas do pós-estruturalismo para a tradução, (ii) os elementos e pressupostos teóricos mobilizados por Venuti em sua crítica, e por fim, (iii) os aspectos conflitantes da noção de autoria desenvolvida pelo autor.

Esta monografia encontra-se dividida em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo interessa-nos situar o pós-modernismo no espectro geral das tendências acadêmicas de produção de conhecimento, relacionando especificamente as contribuições do pós-estruturalismo para os estudos da tradução. O segundo capítulo contextualiza a desconstrução, englobando de forma específica os trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida para pensar o problema da autoria confluindo para os estudos da tradução. Nesse momento, também nos interessa discutir os meandros que envolvem autoria, autoridade e representação, utilizando para isso uma comparação da tradução com o texto etnográfico, recuperando nesse momento alguns elementos da crítica pós-moderna em antropologia. Por fim, o terceiro capítulo discute os problemas e implicações da noção de autoria e das estratégias empreendidas por Venuti para combater com a domesticação do texto estrangeiro, em especial a partir do estabelecimento ou reiteração de novas dicotomias e hierarquizações.

CAPÍTULO I

O PÓS-ESTRUTURALISMO E OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Nosso objetivo ao longo do presente capítulo é explorar as potencialidades e desafios teóricos que algumas correntes do pós-estruturalismo podem oferecer aos Estudos da tradução. Além de compor a tessitura e parte da argumentação a qual este trabalho se vincula, o pós-estruturalismo é também a vertente teórica sobre a qual Lawrence Venuti admite apoiar-se para estabelecer sua reflexão sobre a tradução.

Em seu estudo sobre a desconstrução, o filósofo americano Jonathan Culler (1997) sugere que não há uma clivagem sistemática entre o projeto estruturalista e o pós-estruturalismo. Em suma, na opinião do autor, o estruturalismo pode ser entendido como um conjunto de projetos sistemáticos com vistas a um modelo de cientificidade cartesiano; o pós-estruturalismo por sua vez seria composto por uma ampla gama de projetos, por vezes divergentes, mas que, todavia, podem ser agrupados sob a insígnia da crítica ao projeto estruturalismo.

Ainda segundo Culler (1997, p. 30), uma leitura atenta dos trabalhos mais relevantes da história de desenvolvimento do estruturalismo sugere que o contínuo amadurecimento do campo em vez de conduzir a um processo de conscientização dos limites e problemas do estruturalismo em si, acabou por fortalecer a crença em um espírito científico motivado por uma espécie de consciência autocrítica que já estava presente aí desde os primeiros trabalhos de Lévi-Strauss, por exemplo. Mesmo sugerindo que qualquer tentativa de distinção entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo seja questionável, inclusive em sua possibilidade, Culler (1997, p.27) argumenta que um traço a matizar o estruturalismo e sua crítica é a crença, por parte dos primeiros, na possibilidade de sistematização do conhecimento, ao passo que os pós-estruturalistas afirmam a impossibilidade desse projeto.

Assumindo as distinções entre as duas correntes, todavia negando uma possível ideia de clivagem entre ambas, Rosemary Arrojo (1996) argumenta que não há entre estruturalismo e pós-estruturalismo qualquer fronteira a demarcar a transição entre um projeto e outro. Ao contrário, a autora afirma que é possível confirmar a existência de muitas vertentes tanto do estruturalismo quanto de sua crítica.

Semelhante à revolução empreendida pelo estruturalismo em sua crítica ao formalismo, o pós-estruturalismo ataca seu "antecessor" a partir das bases. Esse tipo de ataque pode ser observado nas noções de estrutura, real, consciência e signo. Para tanto tomemos uma ilustração de Lévi-Strauss sobre o projeto estruturalista para seguirmos com sua crítica.

Em "A Estrutura e a Forma", ensaio datado de 1960, a partir da obra de Vladimir Propp, pensador russo do início do século XX, Lévi-Strauss busca estabelecer as distinções entre o formalismo e o estruturalismo. Segundo Lévi-Strauss:

Ao contrário do formalismo, o estruturalismo recusa a oposição entre concreto e abstrato e a valorização deste em relação àquele. A forma se define por sua oposição a uma matéria que lhe é estranha, mas a estrutura não possui conteúdo específico: ela é o próprio conteúdo, apreendido numa organização lógica concebida como propriedade do real. (LÉVI-STRAUSS, 2013 [1960], p. 133)

Conforme Lévi-Strauss, o projeto estruturalista sugere a possibilidade de revelar a natureza de qualquer experiência ou grupo social. Esse processo de descoberta se daria através de uma exaustiva análise estrutural. Por trás do estruturalismo subjaz a noção de estrutura, que como se percebe na citação acima, não se refere a um conteúdo determinado, dado que é o próprio conteúdo, a própria razão organizada ou organizável em termos lógicos, sendo também uma propriedade do real.

A crítica ao estruturalismo aparece como uma das quatro tendências do assim chamado "pós-modernismo". Conforme argumenta Rosemary Arrojo (1996), esse fenômeno maior pode ser compreendido como um aglomerado de postulados teóricos, por vez em desacordo entre si, mas que têm como origem comum uma preocupação em refletir sobre os processos de mudança e transformação sociais no mundo contemporâneo, questionando e ressignificando os modelos clássicos estabelecidos. Junto com o pós-estruturalismo forma parte do pós-modernismo: (i) o Neopragmatismo, tendência marcada pela negação aos valores e leis que se proponham transcendentais, a exemplo das ideias de Stanley Fish e Jean-François Lyotard, entre outros; (ii), o marxismo pós-moderno, caracterizado pelo abandono da teleologia de Marx, além da promoção dos interesses de grupos sociais em particular, ignorando o postulado de uma única classe social, como se vê, por exemplo, nas críticas e análises de Edward Said, Frederick Jameson e Terry Eagleton; (iii) a terceira corrente significativa dentro do pós-modernismo é o feminismo contemporâneo³, também chamado de terceira onda feminista. Sobre o feminismo em particular cabe destacar a tensa relação estabelecida entre o feminismo enquanto corrente filosófica e teórica e o feminismo enquanto

³ As relações estabelecidas entre feminismo e pós-modernismo não são fáceis, razão pela qual algumas autoras rejeitam o título ou designação de "pós-modernas". Como sugere Arrojo (1996), esse conflito, entre outras tantas razões, pode estar relacionado à concepção de que o feminismo é uma mobilização intelectual e social cujas raízes seriam "modernas". Apesar de entender o feminismo como um movimento de multiplicidades, questionando não apenas o problema da "mulher" como única, tal discussão ainda persiste. No presente trabalho, entendendo o pós-modernismo a partir de um projeto de modernidade, as contribuições teóricas, políticas e filosóficas desse terceiro momento do feminismo serão entendidas enquanto um desdobramento dessa crítica aos pressupostos clássicos que caracteriza em termos bastante gerais o pós-modernismo.

movimento político. Apesar de reconhecerem a utilidade política de uma teoria que se proponha a desmascarar as estratégias de construção discursiva e promoção de interesses de grupos implicados em atividades sociais, algumas correntes feministas, a exemplo do feminismo francês contemporâneo, em muitos termos recusa tal título.

Ainda sobre a linguagem, o pós-estruturalismo é dentre as vertentes pós-modernas aquela que mais tem contribuído para os estudos da tradução. A “regra estrutural” e categorias como real, estrutura, essência, consciência, intencionalidade e objetividade dão início, em princípio de dentro mesmo do estruturalismo, à crítica pós-estrutural. Assim como as demais correntes, o pós-estruturalismo não pode ser unificado em termos de uma formulação teórica única e comum; é preciso concebê-lo em princípio como um vasto leque de posicionamentos filosóficos e políticos que se articulam em torno de uma crítica aos modelos clássicos de ciência, história e saber. É o que afirma Kanavillil Rajagopalan a respeito da desconstrução, uma das linhas do pós-estruturalismo a que nos propomos analisar com mais cuidado nos tópicos seguintes. Ao contrapor a desconstrução de Jacques Derrida à linguística de Saussure, o autor afirma:

Para alcançar a sua meta, a desconstrução por mais incrível que pareça, não utiliza nenhum método a não ser o mesmo que tradicionalmente foi empregado na leitura desses mesmos textos [os clássicos do pensamento racional ocidental] porém, com um rigor e impiedade jamais vistos. Com efeito, e para desespero total daqueles que ainda lhe resistem, a desconstrução se apresenta como nada além do próprio estruturalismo levado às suas últimas consequências. (...) O desconstrucionista revela ser, no fundo, um estruturalista que leva a sua empresa com um empenho e dedicação que os próprios estruturalistas praticantes e inveterados não foram capazes de mobilizar. (RAJAGOPALAN, 1992, p. 26).

Assim, para Rajagopalan o pós-estruturalismo não é a sucessão do estruturalismo, senão uma concepção crítica, a empresa estruturalista levada às suas últimas consequências. Considera-se que, se em princípio, o estruturalismo se proporia a descobrir as estruturas inatas por detrás das ações e pensamentos humanos, insistir nesse projeto levaria à descoberta de que essa mesma estrutura é senão uma invenção, um artifício que não reside no racional ou consciente, e tampouco representaria uma verdade.

Além da desconstrução notabilizada pelos trabalhos de Jacques Derrida, outras importantes correntes do pensamento pós-estruturalista são os trabalhos de autores como Michel Foucault e Roland Barthes. Esses teóricos, em medidas diferentes, vêm contribuindo para o remodelamento ou questionamento dos padrões e modos de reflexão sobre a atividade tradutória.

1.1 A Desconstrução e os Estudos da tradução

A reflexão pós-estruturalista tem sua origem em larga medida na filosofia. Contudo, percebê-la como uma corrente estanque a esse campo de saber é limitar sua potencialidade analítica e de crítica. O questionamento dos modelos clássicos de leitura e avaliação de tradução têm sido ampliados e aprofundados a partir de vários postulados teóricos localizados no marco pós-estruturalista. Exemplo disso é a aplicação da noção construcionista do discurso e de poder estabelecida por Foucault para questionar as formações discursivas envolvidas na produção dos textos traduzidos, bem como a distinção entre obra e texto empreendida por Roland Barthes, ou da ressignificação da intertextualidade proposta por Julia Kristeva.

Mesmo reconhecendo as distinções e distanciamentos entre a desconstrução de Derrida e a arqueologia de Foucault, tomamos por empréstimo a perspectiva desenvolvida por Gentzler (2009) e inserimos ambas as teorias como uma proposta desconstrucionista por sua particular contribuição para a desestabilização de categorias já marcadas dentro dos estudos da tradução. É a partir dessa base teórica que nos interessa discutir a noção de autoria na obra de Venuti.

Ao evidenciar as contribuições da desconstrução para a teoria da tradução, Rosemary Arrojo, uma das maiores divulgadoras desta teoria para a tradução no Brasil, argumenta:

Ao sacudir os alicerces de nossas mais caras e arraigadas convicções, a desconstrução de qualquer texto atinge necessariamente múltiplas dimensões: teóricas e filosóficas, institucionais e pedagógicas, familiares e sexuais, políticas e jurídicas, teológicas e científicas. (ARROJO, 1992, p. 10)

Entendemos que, para Arrojo, o empreendimento da desconstrução considera as múltiplas esferas de coocorrência das experiências humanas. Aproximando a questão, é possível afirmar ainda o papel central assumido pela linguagem como mediadora entre atores, experiências e formas de representação, através de diversos dispositivos e modalidades (linguagem icônica, verbalizada, imagética, por exemplo).

Como apresentado acima, a desconstrução é uma das vertentes da crítica pós-estrutural. Junto com a arqueologia de Foucault, a desconstrução da metafísica proposta por Heidegger, a *semanálise* de Julia Kristeva e a semioclastia de Roland Barthes, por exemplo, formam parte de um amplo cenário crítico que apontam para diversas soluções, ou questionam diversos problemas relativos à forma de produção de saber ou de relacionamento com esses saberes produzidos no campo da ciência até o estruturalismo.

Como afirma o pesquisador estadunidense Edwin Gentzler, "a desconstrução desafia os limites da língua, da escrita e da leitura, aponta para o fato de que as definições dos

próprios termos usados para discutir conceitos impõe barreiras às teorias específicas por elas descritas" (GENTZLER, 2009, p. 184). A partir desse posicionamento, a desconstrução desafia as categorias ocidentais que vêm tradicionalmente sendo utilizadas para construir o saber científic[ista]o. Um dos primeiros movimentos da desconstrução assim é inverter a ordem com que geralmente afirmações e questões são estabelecidas. São essas as questões levantadas por Gentzler em sua introdução ao estudo das teorias de desconstrução para as teorias de tradução contemporâneas. Assim, o autor problematiza:

E se alguém sugerisse que, sem tradução, o texto original deixaria de existir, que a própria sobrevivência do original depende não de qualquer qualidade em particular que ele contenha, mas daquelas qualidades que sua tradução contém? E se a própria definição do significado de um texto fosse determinada não pelo original, mas pela tradução? E se o "original" não tiver identidade fixa que possa ser estética e cientificamente determinada, e sim mudar a cada vez que passa por uma tradução? O que existe antes do original? Uma ideia? Uma forma? Uma coisa? Nada? (GENTZLER, 2009, p. 184).

Poderíamos ainda prosseguir: E se alguém sugerisse que é o ato de traduzir que significa a escrita? E se os significados não estivessem colados ao texto? Onde estariam? Nas palavras? Na mente de um autor? Quem é o autor? Quem traduz e por que traduz? A empresa desconstrucionista se propõe não apenas a fazer essas questões, invertendo os pressupostos da lógica e ciência em que tais teorias se desenvolveram, mas também questiona o próprio ato de questionar. Por que [é importante?] fazer tais perguntas?

Pelos desafios que impõe às noções fundadoras da disciplina, a desconstrução apresenta-se como um significativo potencial teórico para questionar, ampliar e aprofundar os próprios problemas teóricos da disciplina. É nisso que crê Gentzler ao sugerir que "todo projeto dos desconstrucionistas é intrinsecamente relevante às questões da teoria da tradução e que seu pensamento é seminal para qualquer entendimento dos problemas teóricos do processo de tradução" (2009, p. 185).

As concepções e teorizações sobre a tradução anteriores à desconstrução estabeleceram seus modelos e posicionamentos a partir de categorias já marcadas, que foram sendo reiteradas, a exemplo das noções de equivalência, texto original e fidelidade⁴. A desconstrução não se propõe ao apagamento ou rompimento com essas categorias, mas através de uma leitura rigorosa e indelével, questionar e problematizar categorias hierarquizadas e dicotomicamente arranjadas.

⁴ É o caso das noções de equivalência estrutural e dinâmica de Eugene Nida, do mesmo *skopos* de Katarina Reß e Hans Vermeer, da função literária correspondente sugerida por André Lefevere, bem como da aceitabilidade social da tradução enquanto tal sugerida por Gideon Toury e os Estudos Descritivos da Tradução.

Para a tradução, tais teorias, ainda que apontem para trânsitos e mudanças significativas nas elaborações dos problemas teóricos da disciplina, ao aderirem a tais conceitos sem questioná-los atuam como dispositivos que reiteram e tornam possível a persistência dos itens problemáticos, tais como as noções de fidelidade e texto original. Essas noções estão imbricadas em um contexto mais amplo que se relaciona com a forma de produção dos saberes e conhecimentos no Ocidente, por sua vez alicerçada numa ideia de sujeito logocêntrico, que pode manter-se distante, quiçá neutro, sem afetar ou envolver-se diretamente no processo de construção desses saberes. Segundo Arrojo:

As teorias da linguagem que emergem da tradição intelectual do Ocidente, alicerçada no logocentrismo e na crença no que Jacques Derrida chama de "significado transcendental", têm considerado o texto de partida como um objeto definido, congelado, receptáculo de significados estáveis, geralmente identificados com as intenções de seus autores (1993, p.16).

A noção de texto original é particularmente importante para a discussão que pretendemos desenvolver e tem consequências fundamentais para os Estudos da tradução. Essa noção de texto original, por sua vez, implica em uma determinada noção de leitura e tradução. As teorias de tradução até então concebem que a tarefa de traduzir está atrelada ao processo de transformação, transferência ou reescrita de um texto original em uma língua X para outra língua Y, falando por vezes também em cultura, ideologia e contexto. Todavia, apesar das distinções, essas perspectivas, com maior ou menor grau de comprometimento, redundam em uma percepção da leitura como o processo de desvendamento dos significados que, em princípio, seriam impressos no texto pelo autor. O texto assim emerge como uma entidade autônoma, repositório de significados e da "mensagem" inscrita pelo autor. Ler consistiria então em desvendar tais significados, e em certa medida, protegê-los.

Essa concepção de leitura manteve-se reinante dentro da tradução pelo menos até 1960-70, quando a desconstrução passou a questioná-la. Todavia, conforme sugeriu a pesquisadora Rosemary Arrojo em 1992, até aquele momento, passados mais de 20 anos dos primeiros trabalhos de Derrida, parecia haver ainda uma majoritária percepção da leitura como esse empreendimento hermenêutico estabilizado, de busca de significados que estariam escondidos por detrás das palavras, o que poderia ser reduzido à ideia de haver interpretações corretas e errôneas de um texto.

Para essa perspectiva de leitura, traduzir significaria transferir palavras de uma língua a outra, transportar de forma segura os significados depositados em um veículo de língua estrangeira para em seguida recolocá-los em um novo recipiente da língua alvo. O sucesso da tradução estaria então vinculado ao trabalho cuidadoso e esmerado de transportar de forma

segura e protetora os significados entre um recipiente e outro, um transporte fiel entre a forma estrangeira e o conteúdo nativo. Estabelecer uma teoria e prática de tradução desse marcador implica em conceber o tradutor como um reproduzidor textual cativo ao texto e seu autor.

A desconstrução vai de frente justamente a esses ideais clássicos de tradução, problematizando e abalando-os. Para empreender sua crítica a esse modelo logocêntrico, o trabalho de Derrida está alicerçado sobre duas fontes principais: o pensamento revolucionário de Friedrich Nietzsche, e as investigações de Sigmund Freud e o inconsciente. Derrida adiciona a esses dois referenciais, as contribuições de Martin Heidegger, seu contemporâneo alemão, e sua sugestão sobre o desmoronamento da metafísica ocidental.

A desconstrução empreendida por Derrida não é de fato uma teoria da tradução, no entanto, ao longo de suas reflexões sistemáticas, a tradução é empregada como exemplo e metáfora constante para as ilusões do signo, uma ilustração da quebra e da instabilidade que a produção textual comporta.

Em um ensaio datado do final do século XIX Nietzsche⁵ se propõe a desmascarar a ilusão da verdade e da racionalidade. Através de uma leitura atenciosa dos clássicos gregos e latinos até Kant e mais além, o autor afirma que toda e qualquer "verdade" em princípio foi apenas um "estímulo nervoso". Para o autor, a própria noção de sentido literal, em seu início seria uma metáfora, de modo que através de um processo de replicação, toda e qualquer literalidade ou significação em geral seriam também metáforas, criações humanas fruto das circunstâncias e a ela relacionadas, não exteriores. Conforme comenta Arrojo:

O homem não é um descobridor de "verdades" originais ou externas ao seu desejo, mas um criador de significados que se plasmam através das convenções que nos organizam em comunidades. E o impulso que leva o homem a buscar a "verdade", a fazer ciência e a formular teorias, segundo Nietzsche, não passa de uma dissimulação de seu desejo de poder, consequência de seu estilo de sobrevivência e de sua insegurança enquanto habitante de um mundo que mal conhece e que precisa dominar. (ARROJO, 1993, p. 18)

A reflexão de Nietzsche não pode ser conduzida a uma descrença generalizada da inexistência do mundo enquanto real, mas pelo contrário, implica em considerar que ao sujeito não é permitido ou possível escapar ao desejo e às convenções que o norteiam. Os desejos são elemento constitutivo desse sujeito, e não podem ser colocados em separado; formam parte do concreto social e subjetivo. O saber, a ciência, seriam assim uma espécie de

⁵ Estamos nos referindo aqui ao ensaio "Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinne", traduzido e publicado posteriormente por Maximilian Murge em inglês com o título de "On True and falsity in their ultramoral sense", em 1911. Até o término desta pesquisa não conseguimos constatar a existência de traduções desse texto em português, de modo que, as eventuais citações a ele foram feitas através de textos de terceiros.

tratado de paz entre as incertezas e a necessidade de viver comunitariamente. Ainda assim, esse tratado de paz é deveras frágil. Em um texto anterior, Arrojo sentencia: "o homem que pretende descobrir a verdade do mundo ao seu redor não chega sequer a conhecer a si próprio" (1992, p. 14).

Foucault corrobora para o entendimento dessa perspectiva esboçada por Nietzsche. Para o filósofo francês, a produção de discursos dotados de um sentido de verdade e de um poder de autoridade surge no século XVIII na Europa, a partir da França. Tais discursos estariam vinculados à manutenção daquilo que o autor chama de "ordem do discurso", ou seja, a possibilidade e autoridade para dizer, onde dizer e a quem dizer, fatores determinantes assim para o estabelecimento de interações sociais e estratégias de controle (1973). Assim como para Nietzsche, em Foucault a construção de verdades não corresponde a uma lógica externa e alienígena aos atores, mas antes a uma relação entre desejo [de poder] e agência (1996), possibilitando o rompimento ou continuidade de relações de dominação e controle.

Em sua Gramatologia, Derrida (2006 [1967]) se propõe a discutir o problema da linguagem, que para ele não é um problema entre outros, mas corresponde a um lugar central na história do pensamento ocidental. Assim, através da noção de escritura, Derrida busca ampliar e aprofundar o projeto saussuriano, levando as considerações sobre a arbitrariedade do signo às suas últimas consequências.

Para Saussure, o signo é a unidade básica da linguagem e seria composto de duas dimensões: o significante e o significado. O significante corresponderia à tessitura do signo, sua aparência, enquanto o significado seria seu conteúdo. Destarte, Saussure, através da comparação entre significante e significado em vários sistemas culturais distintos percebe que, o significante seria arbitrário, não haveria qualquer ligação entre o significante e seu significado.

De acordo com a filosofia de Derrida, se o significante é arbitrário e construído tendo como base convenções - como também sugeriu Nietzsche -, não mantendo assim nenhuma relação imanente entre a coisa que pretende nomear enquanto imagem socialmente construída e materialidade empírica, então o significado também seria construído (DERRIDA, 2006, p. 8); mais que isso, o significado seria marcado pelas mesmas características da convencionalidade e da arbitrariedade que marcam o significante. Usando as palavras de Arrojo:

Saussure teria que admitir também que esse significado é também "atribuído", nunca imanente, o que implica dizer que esse significado é sempre "produzido" por convenções e nunca "descoberto", e que mudará à

medida que mudarem as sociedades e as convenções que as regem (ARROJO, 1993, p. 17).

O questionamento da relação hierarquizada e dicotômica estabelecida entre significante e significado é chave central para o entendimento do monopólio daquilo que chama de "significado transcendental". Ao questionar a existência desse significado transcendental, pré-ontológico, uma substância em si (supostamente) anterior à própria linguagem, Derrida (2002) abre espaço para uma nova concepção de texto e de leitura, que exercem um sensível e determinante impacto sobre conceitos tradicionais da tradução, incluso a própria noção de tradução.

A partir de Derrida (2002; 1985), o texto passa a ser percebido como instância instável. Lá não há significados depositados, pois isso não é possível. O texto em si é uma latência, um potencial a ser construído. É o que coloca Arrojo, ao afirmar que, a partir de uma noção desconstruída do significado,

o leitor somente poderá estabelecer uma relação com o texto (como todos nós, a todo momento e em todas as relações) que será sempre mediada por um processo de interpretação, um processo que será muito mais "criativo" do que "conservador", muito mais "produtor" do que "protetor". [...] O significado de um texto somente se delinea, e se cria, a partir de um ato de interpretação, sempre provisória e temporariamente, com base na ideologia, nos padrões estéticos, éticos e morais, nas circunstâncias históricas e na psicologia que constituem a comunidade sociocultural [...] em que é lido (ARROJO, 1993, p. 19).

Nesse sentido, o tradutor posiciona-se como um leitor diferenciado, mas ainda um leitor. O traduzir, enquanto ato de ler, é marcadamente uma operação de interpretação. A tradução é, em princípio, uma atividade entre textos e sistemas culturais, mobilizando diversos dispositivos de produção, circulação e transformação de significantes e significados. Esse processo não é passivo tampouco neutro⁶. A desconstrução busca evidenciar os diversos dispositivos que então vêm atuando nesses processos constitutivos.

Essa concepção de texto como objeto instável e em construção contínua impõe desafios consideráveis à tradução, principalmente ao desafiar as categorias de texto original, fidelidade, equivalência e autoria, e exigir uma ressignificação desses modelos a partir do reconhecimento de suas limitações. Essas questões serão detalhadas no segundo capítulo junto com um aprofundamento sobre a discussão em relação aos aspectos da desconstrução e do pós-estruturalismo presentes nos trabalhos de Lawrence Venuti.

⁶ Nesse aspecto é interesse ressaltar a reflexão de Clifford Geertz que em sua abordagem etnográfica (2008) propõe uma leitura da cultura como "texto" e como esse texto é construído; para o autor a cultura, o texto são ficções, *fictios* em sua origem, implicando em construções, dispositivos de significação.

CAPÍTULO II

AUTORIA E INSTABILIDADE: VENUTI E O PÓS-ESTRUTURALISMO

Conceber o texto como espaço de instabilidade, como coloca a crítica pós-estruturalista, conduz a câmbios significativos ao se refletir sobre a tradução e o processo de manipulação do texto durante a tradução. Essas mudanças referem-se, entre outras coisas, a um descentramento da ideia de autoria, tendo em vista que o texto não pode mais ser percebido como uma manifestação do pensamento do autor, da mesma forma que a possibilidade de construir um texto integralmente condizente com a intencionalidade de um autor se torna questionável.

No presente capítulo nossa pretensão é explorar as contribuições da teoria pós-estrutural na reflexão de Lawrence Venuti sobre a tradução, em seguida explorando e analisando a noção de autoria desenvolvida pelo autor.

2.1 Em busca de evidências: Venuti e o Pós-Estruturalismo

A concepção de texto como espaço de instabilidade é fundamental para a crítica que Venuti estabelece em sua política de tradução. Para o autor (1995a; 2002), as traduções fluentes seriam registros de um modelo de leitura bancária, em que o tradutor é tomado como transportador de significados; ainda segundo Venuti, essa noção é fundamental e alicerça conceitos bastante problemáticos os quais ele se propõe discutir, como a autoria e a construção do texto, bem como a própria compreensão do processo de tradução.

A obra de Venuti está marcada por contínuas referências pós-estruturalistas. Em “*Rethinking Translation*” (1992), coletânea na qual aparece como organizador e também assina a introdução, Venuti deixa explícito que sua reflexão é orientada a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, já que, como afirma, seria o pós-estruturalismo a vertente teórica que mais enfaticamente havia estabelecido uma crítica reformadora sobre os princípios conceituais da disciplina (1992, p. 7).

As propostas teóricas e políticas de Venuti estão organizadas com base em diferentes princípios e conceitos tomados por empréstimo ou deslocados a partir de outras teorias pós-estruturalistas. Nos primeiros textos (1992, 1995a) as referências a Derrida são uma constante na escrita de Venuti, sendo repetidamente utilizadas para explorar a fragilidade de oposições binárias e hierarquizadas+hierarquizantes estabelecidas nas categorias dicotômicas de original-tradução, significado-significante, autor > tradutor, etc. Ao questionar as relações estabelecidas tradicionalmente entre tais [o]posições dicotômicas, Venuti articula as reflexões

de Jacques Derrida e Paul de Man, para os quais desconstruir a relação existente não implica em inverter a hierarquização já existente, mas antes, explodi-la. Como adverte Siqueira:

Segundo Venuti, Derrida e De Man não procedem essa problematização concebendo à tradução o status de um outro original, nem transformando o tradutor em autor. Conforme explica o teórico da tradução, de acordo com a argumentação desses dois pensadores, o que faz um texto merecer a qualificação de original é justamente o fato de ter sido traduzido (SIQUEIRA, 2002, p. 21)

A essa possibilidade de tradução como potencial fundador do texto enquanto original, Derrida chama de “*iterabilité*”, ou iterabilidade. Em Venuti a noção de iterabilidade é manuseada de modo a construir uma perspectiva de tradução enquanto atividade profundamente relacionada a um processo transformativo. Assim, o autor busca desvencilhar-se de uma leitura da tradução como cópia do original, retomando para tanto a ideia de *différance* derridiana. Segundo Derrida, a tradução exerce uma diferença entre significante e significado, tendo em vista que “o movimento de significação acrescenta alguma coisa, o que faz com que sempre haja mais, mas esta adição é flutuante, porque vem substituir, suprir uma falta do lado do significado” (DERRIDA, 2002, p.245). Assim, seria por um processo contínuo de suplementação que a tradução criaria seus originais, invertendo de forma paradoxal as hierarquias até então estabelecidas. Não há nada a ser completado, original e tradução são relacionáveis, apenas.

A concepção de Venuti é que o texto original não pode estar submetido à tradução tendo em vista que não existe original sem tradução. A partir desse princípio, o autor estabelece sua crítica à posição desprestigiada e inferiorizada assumida pela tradução nos contextos britânico e estadunidense. Para ele, essa posição está profundamente localizada na noção de autoria, segundo a qual o texto escrito passaria a ser visto como uma materialização das palavras ditas pelo autor, tornando-se assim uma instância inalterável, onde o papel do leitor e do tradutor é proteger seus significados, mas sem exercer qualquer alteração, mantendo-se sempre neutro.

A essa perspectiva Venuti estabelece a necessidade de se pensar uma ética da tradução, e para tanto, busca desenvolver um modelo crítico de combate e resistência às traduções fluentes (1995a, p. 309). Atualizando a proposta dos dois métodos de tradução desenvolvida pelo romântico alemão Friedrich Schleiermacher⁷, Venuti sugere que em

⁷ Schleiermacher aponta para a existência de dois modos de traduzir: *Verfremdung* (aproximar o leitor em direção o autor) e *Entfremdung* (aproximar o autor em direção ao leitor). Propostas semelhantes têm sido feitas com base nesse primeiro modelo, a exemplo da oposição estabelecida por Hans Vermeer entre *verfremdendes* e *angleichendes*, e da distinção entre *tradução etnocêntrica* e *hipertextual*, estabelecida por Aintoin Berman, além de Venuti. Para uma crítica aprofundada dessas categorizações ver Snell-Hornby (2006, p.145-7).

oposição a um modelo de tradução fluente, já reificado no contexto editorial anglo-americano, seria necessário contrapor um modelo de tradução que valorizasse e visibilizasse a atividade do tradutor e também os elementos da cultura originária: a estrangeirização, uma resposta direta à tendência de domesticação.

Para estabelecer sua proposta, Venuti toma como estratégia desenvolver uma história dos estudos da tradução desde o século XVII até o final do século XX que, como apresenta na contracapa de *The Translator's Invisibility* (1995a),

mostra como a fluência prevaleceu sobre outras estratégias de tradução para formar o cânone das literaturas traduzidas em inglês, e interroga as consequências do etnocentrismo e do imperialismo cultural dos valores domésticos que foram simultaneamente inscritos e mascarados nos textos estrangeiros nesse período (VENUTI, 1995a - tradução nossa).

Além de recorrer a esse processo de historicização, para desenvolvimento do aparato crítico que o notabilizou, Venuti recorre a uma série de pensadores com trabalhos de cunho pós-estruturalista, a exemplo de Jean-Jacques Lecercle, Philip Lewis, Michel Foucault e Maurice Blanchot.

Blanchot é um autor recorrente nos trabalhos de Venuti, aparecendo, por exemplo, na epígrafe de sua introdução a *Rethinking Translation* (1992) e também no capítulo final de *The Translator's Invisibility* (1995a).

Em “Translating”, artigo de 1971, Blanchot propõe uma inversão na hierarquia instituída entre original e tradução, sugerindo que por seu potencial de circulação a tradução seria superior ao texto original, sendo inclusive sua criadora. Entendemos que, em Venuti, a noção sugerida por Blanchot do texto estrangeiro como texto em movimento conduz à noção de mutabilidade, de transformação, de modo que seria por meio de estratégias como a leitura, mas principalmente a tradução que o texto permaneceria vivo⁸. Esse tipo de ideia também se percebe nos trabalhos de Venuti, a exemplo de *Escândalos da Tradução* (2002) e em *The Translator's Invisibility* (1995a). Entretanto, esse processo de construção e transformação que a tradução opera não é passivo e para problematizá-lo o autor busca subsídios na noção de poder desenvolvida por Foucault, concluindo que o processo de tradução é um processo de reinserção, e nesse aspecto, torna-se sumário considerar os contextos socioculturais e políticos que a operação implica (VENUTI, 1992, p.10-12).

Em busca de uma ética da resystência à fluência, Venuti busca suporte nas ideias do tradutor e crítico americano Philip Lewis, utilizando-se especialmente do conceito de

⁸ Essa mesma concepção de leitura e tradução aparece no trabalho de outros teóricos da tradução, em especial aqueles da Escola de Manipulação, a exemplo de André Lefevere.

“fidelidade abusiva”. Como afirma Ana Maria Siqueira, (2002, p. 7), o objetivo da ética proposta pelo autor é estabelecer uma relação de respeito com o texto enquanto plataforma de diferenças. Lewis e Venuti concebem a fidelidade abusiva como uma noção singular, diferente das concepções tradicionais nos estudos da linguagem; em outras palavras, para ambos os autores, a fidelidade abusiva estaria alicerçada em outras plataformas que não as teorias linguísticas logocêntricas, reconhecendo assim as limitações e fragilidade de pensar o ato de traduzir como uma operação mediada pela recuperação de significados sem a intervenção direta de agentes humanos e contextuais. Assim, o conceito buscaria pensar uma forma mais sofisticada para pensar o compromisso dos agentes no processo de recriação dos significados, sem, contudo, apontar para receitas pré-estabelecidas.

Como já dito, Venuti compartilha da ideia derridiana de tradução como transformação, contudo, para o autor, a utilização de uma estratégia de leitura e tradução fluente corrobora para a dissimulação da multiplicidade de significados, revivendo uma crença no significado transcendental. O teórico concorda com a visão de Derrida para quem descrever o processo de produção textual e leitura como um processo polissêmico é limitador, tendo em vista que, apesar de um avanço, a noção de polissemia ainda sugere a possibilidade de um significado tutor, em síntese quase determinável e anterior à experiência de contato. Assim, Derrida sugere a categoria de *disseminação*, que em oposição à polissemia, possibilitaria a ampla produção e proliferação de significados. Essa concepção é incorporada teoricamente por Venuti e aparece também em alguns estudos de caso apresentados em *Escândalos da Tradução*. A essa noção de disseminação, Venuti retoma um conceito já elaborado por Jean-Jacques Lecercle: resíduo.

Para Lecercle (1990), resíduo consistiria no manejo de variantes da língua caracterizadas por serem utilizadas por grupos sociais de menor prestígio, subvertendo assim as variantes de maior domínio. A noção de resíduo é fundamental para a teoria de Venuti, de forma que aparece não apenas em seus textos críticos, como em sua análise sobre ideologia e subjetividade (1992) e sobre a subalternação da tradução (2002), como também em seu exercício enquanto tradutor.

A noção de estrangeirização defendida por Venuti em sua resystência é composta fundamentalmente pela junção do conceito de resíduo de Lecercle com a noção de “fidelidade abusiva”, elaborada por Philip Lewis. A partir dessa mistura, Venuti desenvolve o aparelho analítico de sua proposta de tradução. Esse modelo certamente tem implicações para a construção da noção de autor e autoria, tomadas pelo teórico como um dos maiores problemas para desvencilhar a tradução de seu lugar socialmente inferior.

A filosofia e crítica da linguagem estabelecidas pelo pós-estruturalismo trouxeram implicações para o campo dos estudos da tradução, principalmente a partir da resignificação da noção de texto, significado, e como veremos, também das noções de autor e autoria. Tais elementos são colocados à prova na tentativa desenvolvida por Venuti de relacionar as potencialidades já manifestas pela crítica em uma ética da tradução.

2.2 Autor, autoria e autoridade

Em, “Escândalos da Tradução”, uma de suas publicações mais conhecidas, Venuti afirma que a concepção demiúrgica de autor é um dos elementos que mais tem contribuído com o status inferior ocupado pela tradução no mundo contemporâneo. Na mesma obra, Venuti procede à análise de casos que se tornaram famosos por sua repercussão, principalmente no meio acadêmico. Entre os casos analisados estão as traduções feitas da obra de Thomas Mann por Lowe-Poter que se converteram num caso particular de análise por terem sido recebidas com louvor e elogios pela crítica estadunidense, ao mesmo tempo em que foram duramente criticadas no meio cultural britânico. Além disso, Venuti despende incontáveis páginas analisando o caso exemplar da publicação do volume “*Les Chansons de Bilitis*”, publicado pelo escritor francês Pierre Louÿs e com autoria atribuída à poeta helênica Safo. Tal como comentado por Venuti, Louÿs forjara poemas seus e atribuíra sua autoria a Safo, apresentando-os como traduções a partir de poemas de descoberta recente. O caso apresentado por Venuti já pode servir de ilustração para a situação que nos dispomos a analisar.

Venuti parte do pressuposto da tradução como atividade cultural inferior no meio literário euro-americano. Sendo assim é preciso perguntar-se: quais razões levariam Pierre Louÿs a publicar textos seus sob a rubrica de outra autora quando na verdade seriam, em princípio, composições originais? A resposta não é tão simples e envolve muitos elementos, mas em termos sucintos pode ser explicada através de uma leitura comparativa entre o status atribuído à obra de cada um dos sujeitos envolvidos. Pierre Louÿs adota uma estratégia de publicar sua obra como pertencente a Safo tendo em vista o prestígio acumulado pela poeta em detrimento do acumulado por ele mesmo. Transpondo a situação para uma lógica de economia cultural da circulação de traduções, esse exemplo poderia ser classificado como o que a pesquisadora francesa Pascale Casanova (2002) chama de “tradução-consagração”, ou seja, uma operação de cessão de prestígio onde o autor eleva o nome do tradutor, concedendo-o uma parte do prestígio que dispõe.

A pseudotradução de Louÿs é uma estratégia que ilustra a consideração de Venuti ao afirmar que a tradução ocupa um lugar socialmente inferior frente aos assim chamados “textos originais” em detrimento das contribuições sociais e literárias que tem oferecido. Entre as razões relacionadas a esse desfavorecimento do tradutor e seu trabalho está o entronamento logocêntrico da figura do autor, concebido como ser genial e criador, ser pelo qual através da escrita os pensamentos tomam corpo.

A proposta de ressignificação da noção de autor está presente e perpassa grande parte da crítica pós-estruturalista, podendo ser percebida, por exemplo, na afirmação da morte do autor, em Barthes, ou na própria proposta de desconstrução do sujeito cartesiano, inaugurada por Derrida a partir das leituras de Freud e Nietzsche. Em ambos os casos, a empresa consiste no desmascaramento da crença em um sujeito cartesiano e logocêntrico. Essa mesma posição tem contribuído para a concepção do autor como produtor de verdades, um agente neutro e imparcial que, desde que autorizado, pode ter o poder de descobrir as verdades através dos seus métodos (CORACINI, 1992, p. 21).

Todavia, como acredita Foucault, o processo de produção de discursos e manuseamento dos dispositivos de poder é socialmente construído e historicamente localizado, de modo a reafirmar ou dismantelar os mesmos regimes discursivos. Em “A Ordem do Discurso”, o filósofo problematiza o lugar do autor nos regimes de produção de verdade. Segundo ele:

O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Esse princípio não voga em toda parte nem de modo constante: existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou sua eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo apagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários, mas não de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato. Mas nos domínios em que a atribuição a um autor é de regra- literatura, filosofia, ciência - vê-se bem que ela não desempenha sempre o mesmo papel. (FOUCAULT, 1996, p.27).

A noção de autoria desenvolvida por Foucault localiza o autor como agente regulador dos processos de produção e veiculação de saberes: não se trata de um [in]divíduo⁹, mas de uma origem, em geral fictícia e suposta. Como ele mesmo assinala, não é uma figura que se

⁹ Estou me referindo aqui à noção de “divíduo” a partir da perspectiva de Marilyn Strathern na obra “O Gênero da Dádiva”. Para a antropóloga, a noção de “indivíduo” como singularidade, como ser único não dá conta de explicar os diversos processos de construção de pessoa. Sendo assim, através de uma perspectiva etnográfica a pesquisadora recorre a outros modos de construção de pessoa, de forma mais notória na Melanésia e na África para exemplificar formas de ser não “únicas”, mas marcadas pela dividualidade, ou seja, pela possibilidade de ser duplo, triplo, meio.. não apenas “um”. A noção marca assim as diversas formas de mobilidade e posicionamento social dos sujeitos em relação uns aos outros.

faça presente em todas as instâncias, mas há algumas onde sua presença é exigida, a exemplo da literatura e da academia.

Assim como Foucault adverte, Venuti também acredita que a função desempenhada pelo autor em diferentes esferas sociais não é a mesma, de modo que é na dimensão de produção e circulação dos textos traduzidos que a autoria mostra uma de suas facetas mais cruéis ao dissimular o processo de transformação e manuseio de textos produzidos para públicos distintos e em momentos sócio-históricos distintos (VENUTI, 2002; 1998).

Acreditamos que ao refletir sobre o processo de produção de obras traduzidas e sua circulação nos contextos culturais diversos torna-se fundamental refletir sobre a problemática da autoria a partir de uma concepção tríplice: a posição do autor nos sistemas culturais envolvidos, a concepção filosófica que a autoria assume nesses contextos, e por fim o estado dos direitos autorais e agentes envolvidos na produção da obra. Venuti (1995b; 2002) também considera esses princípios, ainda que conceda maior ênfase aos dois primeiros elementos em detrimento do último.

De acordo com a antropóloga luso-brasileira Manuela Carneiro da Cunha, “a construção contemporânea dos direitos de propriedade intelectual tem em sua base a noção romântica do autor criativo que constrói uma obra original *ab nihilo*” (2009, p.367). É essa mesma entidade abstrata e distanciada que ocupa a maior parte dos espaços sociais quando se concebe a noção de autor, a partir de uma perspectiva logocêntrica. Carneiro da Cunha prossegue relatando o surgimento dos direitos autorais tal como concebidos hoje, a partir do contexto da Grã Bretanha setecentista, mais a serviço dos editores londrinos em sua busca de combater a expansão das obras escocesas, de menor preço, do que propriamente de proteger os direitos do criador sobre sua invenção. Ainda segundo a autora, “A concepção demiúrgica de uma autoria que parece baixar por inspiração divina omite as contribuições intelectuais coletivas e individuais em que se fundam a invenção e a criação” (*Ibdem*). Na esteira dessa concepção de autor como entidade genial e única, aloca-se também a noção de livro ou texto (em especial aqueles distribuídos entre gêneros literários) como uma criação artística, percepção essa que constantemente entra em conflito com uma noção do livro como mercadoria. A situação vem sendo debatida e discutida tanto por pensadores da história do livro, quanto por juristas no âmbito do direito internacional e das convenções sobre a circulação de bens culturais e simbólicos. Como comentam Heilbron; Sapiro (2009):

Um dos quadros regulamentares que mais cristalizou oposições no domínio do livro diz respeito à legislação sobre o direito autoral. De acordo com a concepção francesa do direito autoral, surgida em 1777, e adotada internacionalmente desde o século XIX, com a Convenção de Berna,

primeira convenção internacional da propriedade literária e artística, assinada em 1886, o direito moral (direito à divulgação, direito ao respeito, direito ao arrependimento) é inalienável: assim, uma obra não pode, por exemplo, ser cortada sem autorização do autor ou dos seus sucessores titulares dos direitos autorais. É o que diferencia o direito autoral da legislação americana sobre o copyright, que considera o livro um bem comercial como outro qualquer (por esta razão, os Estados Unidos recusaram-se por muito tempo a assinar o parágrafo sobre o direito moral na convenção internacional). Ora, os acordos internacionais de 1994 sobre a propriedade intelectual (ADIPC) adotam a Convenção de Berna com exceção do parágrafo sobre o direito moral, que se tornou cedível, o que implica uma mudança na concepção dominante do livro, doravante considerado como um bem comercial. (HEILBRON; SAPIRO, 2009, p.21).

Mesmo condenando os aspectos negativos das traduções fluentes, que chama de etnocentricamente violentos, Venuti também comparte de uma noção marcada e localizada de autoria. Consoante Carneiro da Cunha, é preciso admitir que diferentes grupos sociais constituem para si modelos diversos de [contra]propriedade sobre bens e conhecimentos. Nesse sentido, o mapeamento de certos saberes ocidentais tomados como produções de um gênio torna-se um modelo possível dentre tantos outros disponíveis. Heilbron e Sapiro concordam em considerar que, além de uma tradição filosófica que sustenta papéis e lugares sociais como tradutor, autor, mercado e leitor, há no jogo das trocas internacionais onde a tradução se situa elementos contextuais que atuam de forma decisiva sobre a circulação dos bens culturais e simbólicos.

No ensaio “O Que é um autor?” o filósofo francês Michel Foucault (2009) informa que a noção de autoria é fruto de um percurso histórico de afirmação dos saberes científicos e também da própria constituição do método positivo de fazer ciência. Conforme o entendimento de Lenita Esteves, esse processo ainda está ligado “à censura, à propriedade e à própria possibilidade de um texto transgredir uma ordem estabelecida” (2003, p.18). Em outros termos, a concepção de autor está localizada social e historicamente, precisando ser constantemente re-significada para reassumir sua validade. Essa preocupação entre escrita, autoria e autoridade+representação esteve (quicá nem tenha deixado de estar) presente nas reflexões de antropólogos de forma mais precisa, durante a década de 1980. Propomos-nos aqui a recuperar algumas dessas discussões no que elas têm de mais potencial para problematizar a relação entre autoria e autoridade dentro dos Estudos da tradução.

No cenário da escrita e suas implicações, tanto o texto etnográfico quanto o texto traduzido compartilham semelhanças e particularidades particularmente problemáticas. Ambos os textos podem ser lidos como a “fala do outro”, ou de forma mais apropriada, a percepção sobre ações e discursos de outros, no caso, o tradutor e seu texto de partida e o

etnógrafo e a população estudada. Como assinala James Clifford “gêneros acadêmicos e literários estão interpenetrados, e a escrita, como descrição cultural, é propriamente experimental e ética” (1986, p. 2).

A afirmação de Clifford conduz a uma dupla preocupação que está presente não apenas na escrita dos textos literários e etnográficos, mas também na tradução. A ideia de autoria inaugura não apenas a confecção de um estilo ou marca autoral (aquilo que Foucault chama de “assinatura”), mas também o desenvolvimento de algo como o que Clifford (2001) tem chamado de “autoridade etnográfica”, ou seja, a possibilidade de estabelecer no texto etnográfico a sensação de que aquilo que está sendo descrito seria percebido e sentido da mesma forma caso o leitor estivesse lá, a aparência de uma certa verdade, de uma verossimilhança entre o que está escrito e as situações que a escrita busca nomear.

Talvez a percepção do texto traduzido e etnográfico como terreno fértil+frágil para a exposição do seu caráter construído e coletivo tenham se constituído como os fatores decisivos para que fosse precisamente em tais espaços que a (problematização da) questão da autoria emergisse de forma tão notória. Como sugere Clifford, em uma passagem citada acima, escrita etnográfica+traduzida pressupõe pelo menos dois elementos: o ético e o estético. Ambos estão relacionados e imbricados de forma que não há espaço suficiente aqui para destrinchar essa relação; todavia, podemos perceber que esses dois pontos se encontram no princípio da representação. O exemplo da longa discussão desenvolvida durante toda a década de 1980 e 90 na antropologia ocidental (a vertente que se chamava pós-moderna, pelo menos) sobre os modos de representação e o problema da escrita, ajudam a problematizar o problema da autoria na tradução ao considerar que, se por um lado a construção do texto se dá em uma perspectiva dialógica entre tradutor/pesquisador e autor/nativos, essa relação não é pacífica ou homogênea, sendo marcada por tensões e relações de desigualdades, assimetrias e conflitos de interesses¹⁰, como sustenta Venuti. A escrita não é um espaço livre de impressões, e na sua construção entram em jogo diversos fatores que se estendem desde a ordem da subjetividade até os aspectos “externos” e contextuais onde a produção ocorre; em ambos os casos, é questionável a possibilidade de controle daquele que re+escreve sobre aquilo que é escrito. Em outros termos, não há leitura padronizá[vel/da], tampouco escrita transparente. Escrever, ler e traduzir - enquanto atos políticos - são mediados e construído nas dobras do discurso, nos encontros entre os atores e seus interesses explícitos e implícitos.

¹⁰ No caso dos estudos de tradução é essa mesma posição que Venuti sustenta. Já para o caso da etnografia e da antropologia, ver a Clifford (2001), bem como a excelente coletânea de ensaios e artigos reunidos por Clifford e Marcus (1986).

CAPÍTULO III

A CÓPIA E O SIMULACRO: POÉTICAS E POLÍTICAS DA PALAVRA

As tensões entre autoria e relações de poder são um dos pontos mais polêmicos da obra de Venuti. Segundo o autor a tradução manifesta-se como um dispositivo de violência, caracterizando assim uma relação de domínio, ou de tentativa de subversão desse domínio. Uma das principais críticas que se tem feito a esse posicionamento é o caráter dicotômico e restritivo da teoria de Venuti (cf. SNELL-HORNBY, 2006; TYMOCZKO, 1999; 2000). Para sua proposta, o tradutor deve ser reinterpretado como um agente ativo no processo de transformação impetrado na operação de tradução.

No presente capítulo dedicamo-nos a analisar as propostas de Venuti enfatizando dois aspectos: sua concepção de tradução como violência e as estratégias envolvidas em sua reflexão sobre a autoria e o papel do tradutor como autor.

3.1 Da Tradução como violência

Em diversos momentos Venuti apresenta a tradução como um dispositivo colonial-imperialista. Nesse aspecto, ele parece acreditar que a tradução pode ser manuseada tanto como um dispositivo de submissão dos sujeitos a um domínio central quanto como uma forma de resistência, de investida contra os poderes hegemônicos. Em todo caso, sua opinião é que inequivocamente a tradução é uma violência etnocêntrica. Em seu convite à ação apresentado no capítulo final de *The Translator's Invisibility* (1995a), o autor afirma sua preferência por um método de estrangeirização tendo em vista que esse método “pode ser uma forma de resistência contra o etnocentrismo racismo, contra o narcisismo cultural e imperialismo, no interesse por relações geopolíticas democráticas” (VENUTI, 1995a, p.20 – tradução nossa).

Ao estabelecer sua crítica a partir da prática de tradução nos Estados Unidos e Grã-Bretanha desde o século XVII, Venuti aponta para a existência de um dispositivo de dominação cultural, uma herança e atividade imperialista que, se no passado se manifestou pela economia e exploração humana, hoje se manifestaria através de estratégias de imposição dos valores e normas culturais hegemônicos. Nesse sistema de imposição a tradução funcionaria como um dispositivo colonialista, manifestando-se sempre como um vetor agressivo sobre a cultura receptora.

Venuti propõe uma ética da tradução (1995a, 2002) baseada na visibilidade da tradução e do sistema cultural de onde os textos se originam e para isso acredita ser possível a inscrição na tradução das marcas culturais do outro, bem como das relações assimétricas entre culturas. Além disso, assimila-se à estratégia a preferência por textos e autores fora do cânone

literário. É preciso ainda ter em mente que, para Venuti, essa relação de controle e dominação cultural é apreciada analiticamente na relação da cultura anglo-americana com as demais.

Analisando a proposta teórica de Venuti a partir de sua prática enquanto tradutor, Cristina Carneiro Rodrigues (2007) observa que:

Venuti reconhece que alguma apropriação etnocêntrica do outro é inevitável, mas reitera que o tradutor deve se mostrar visível e revelar o Outro e seu modo de significar. Assim, a tradução deve permitir que o outro apareça enquanto estrangeiro, não doméstico. A boa tradução 'resiste a essa ética assimilativa ao salientar as diferenças linguísticas e culturais do texto' (Venuti, 2002, p. 29), ao modificar padrões já estabelecidos - ou padrões de tradução ditados pelo mercado editorial, ou os já cristalizados para a leitura de um texto ou de um autor. (RODRIGUES, 2007, p. 2).

A complexidade da analítica de Venuti reside na sua oposição maniqueísta e binária entre domesticação e estrangeirização, manifestando especial privilégio por esta última em detrimento da primeira. Assim, estrangeirizar parece ser a alternativa mais viável para quebrar com as tramas do imperialismo cultural que a tradução imporia. Todavia, consideramos que as relações entre centros hegemônicos e periféricos, para usar de uma terminologia própria dos estudos da tradução, não acontecem de forma tão visível e simplificada assim.

A tradução tem sido vista de formas distintas em vários momentos e lugares. Já foi percebida como uma ameaça às línguas e literaturas nacionais, devendo ser dissimulada, dissolvida, se possível evitada (veja-se, por exemplo, o caso da França romântica), mas também como uma forma de contribuir para a consolidação das línguas e literaturas nacionais (como o caso da Irlanda analisada por Michael Cronin e de Israel pós-guerra, apresentado por Gideon Toury).

Consoante Rodrigues (2008, p.23) é preciso considerar que a teoria e prática de Venuti são condicionadas pelo lugar de onde fala, e também por suas opções teóricas. Nesse aspecto, tornam-se preocupantes as implicações de sua teoria para contextos que fogem a esse padrão hegemônico x periférico. As relações de desigualdade não podem ser generalizadas porque se manifestam de diferentes formas e com diferentes implicações para cada sistema cultural. Ademais, é preciso considerar ainda que dentro de um mesmo sistema cultural existem outras formas de ordenação social que delimitam novas hierarquias. Assim, tomando como exemplo o parâmetro hegemônico apontado por Venuti (1995a) homem branco americano falante de inglês padrão, podemos apontar para várias subvisões ou diferentes formas de reclassificação social em torno de marcadores como orientação sexual, situação+posição política, origem, geração, enfim, que comporiam novas variações sobre esse primeiro tema, e que assim poderiam ser vistos como nuances ou matizes dessa primeira ordem hegemônica.

Retomando a discussão entre domesticação e estrangeirização na teoria de Venuti levantada por Cristina Rodrigues, reiteramos que:

Lidar com questões relativas à alteridade não é assunto simples que se resolve ao enforçar um lado – o doméstico – ou por outro – o estrangeiro. Não há uma oposição binária, mas intrincadas relações que podem gerar consequências imprevistas. Tanto é possível buscar ouvir a voz do outro pela apropriação de um texto quanto por uma tentativa de recriação de seu modo de significar. E nada pode assegurar que uma das duas maneiras seja considerada, por princípio, ética. (RODRIGUES, 2008, p. 27).

Assim, juntando-nos a Rodrigues, acreditamos que em termos analíticos a dicotomia estabelecida por Venuti, mesmo no contexto a partir do qual enuncia, é restritiva e pouco esclarecedora tendo em vista seu potencial limitador frente à diversidade de experiências, além do risco de categorizações por exclusão: não é domesticado, então só pode ser estrangeirizado. Exemplos emblemáticos da esterilidade da dicotomia proposta por Venuti podem ser encontrados nas análises das estratégias de tradução adotadas pelos Tagalog nas ilhas Filipinas durante a colonização espanhola na região examinadas por Maria Tymoczko (1999), e também no estudo sobre a reconstrução da língua gaélica na Irlanda durante o início do século XX, apresentada por Michel Cronin (1996) e do papel da tradução no projeto nacionalista irlandês no mesmo período também analisado por Tymoczko (2000).

No primeiro caso, Tymoczko aponta para a necessidade de se repensar as estratégias de tradução a partir das percepções nativas sobre tradução e sobre violência. Na análise, a autora evidencia a manipulação do discurso e da língua do colonizador de modo que se constrói uma forma de colocar-se socialmente que não pode ser entendida nem como domesticada, tampouco como estrangeirizada. Articulam-se aí ambas as estratégias apresentadas por Venuti de formas variadas, que constituiriam a partir dessas possibilidades um modelo híbrido. Já no estudo feito por Michael Cronin (1996) da história da língua irlandesa durante o período de dominação britânica, o autor aponta para as diversas estratégias de preservação da língua irlandesa manejada por autores e falantes, resultando, no início do século XX em estratégias de retomada da língua – anteriormente proibida pelas leis britânicas – que utilizaram-se precisamente de tradução de contos folclóricos para a língua inglesa e também de textos científicos, vulgares e literários para a língua irlandesa como forma de fornecer material para leitura em irlandês. Essas estratégias confluem para o que Tymoczko caracteriza como “um protótipo de tradução como empresa ativista com resultados geopolíticos tangíveis” (2000, p. 31).

Em síntese, acreditamos que as relações estabelecidas entre tradutores, leitores, autores e demais agentes envolvidos no processo de tradução em ambos os sistemas culturais que compõem a tradução como cenário de troca não se manifestam de maneira pacífica tampouco facilmente previsível. Articulam-se aí diferentes tensões e formas de lidar com o poder hegemônico que se impõe. A suposta “ética da diferença” (2002) argumentada por Venuti não pode ser estabelecida apenas sob a rubrica da estrangeirização tendo em vista que essa possibilidade pode reiterar-se como mais uma forma de colonização imperialista a exemplo de sua utilização para tradução de textos hegemônicos para contextos periféricos.

3.2 Autoria Problemática em Lawrence Venuti

Se por um lado Venuti parece acreditar que, ao menos em termos políticos, as hierarquizações estabelecidas entre original e tradução devessem ser invertidas, tendo em vista que seria esta última a criar o primeiro, por outro lado, desde Barthes (2006) e Kristeva, é preciso considerar que não há a possibilidade de uma criação única e original. Todo ato de criação seria mediado por uma relação de intertextualidade de um primeiro texto com os demais que o antecedem – estando isso consciente na mente do produtor ou não. Essa seria uma característica própria não apenas da escrita, mas também da leitura e do constante movimento de significação.

Nesse ínterim, Venuti assume que:

A tradução pode ser considerada uma forma de autoria, mas uma autoria agora redefinida como derivada, não auto-originária. A autoria não é *sui generis*; a escritura depende de materiais culturais pré-existentes, selecionados pelo autor, organizados numa ordem de prioridade e reescritos (ou elaborados) de acordo com valores específicos (VENUTI, 2002, p. 87).

Para Venuti (1995a; 1995b; 2002), a fluência é, em grande parte, fruto do poderio hegemônico dos Estados Unidos e também de velhas metrópoles europeias. Esse poderio, afirma o autor, contribuiu para uma intensa expansão de seus valores e padrões culturais, da mesma forma que os transformou em países quase monolíngues, o que pesquisadores como David Crystal têm chamado de “Império do Inglês”. É justamente em resistência a este Império do Inglês que Venuti estabelece sua proposta de autoria pautada na visibilidade do tradutor e do sistema cultural onde o texto foi gerado.

Para o autor, a forma de tradução ideal para o tradutor é a resistência manifesta pela adoção de uma estratégia estrangeirizadora. Em Venuti a estrangeirização assume uma postura de radical oposição quando justaposta à domesticação. Por vezes o autor refere-se a ambos os métodos como respostas precisas a duas alternativas: resistir e submeter-se.

Segundo Venuti a tradução por si já se manifesta como uma espécie de “violência etnocêntrica” (1995a, p.310), sendo a submissão e a resistência formas de manifestar ou aliviar os efeitos de tal violência. A submissão consistiria em uma ideologia de assimilação do texto estrangeiro aos valores culturais do cânone da língua meta, enquanto a resistência é caracterizada como uma ideologia da autonomia, com o objetivo de tornar visíveis a voz e a manifestação de um *outro* periférico.

Em termos de uma analítica pós-estruturalista a opção teórica assumida por Venuti de tomar como modelo uma relação dicotômica para justificar a invisibilidade de tradutores e a subalternação da tradução como atividade cultural parece ser inadequada. Como apontado no início desse texto, uma das propostas da reflexão pós-estruturalista é o questionamento e a desconstrução de modelos essencialistas, binários e dicotômicos. Esses modelos acabam por reduzir a emparelhamentos antagônicos a diversidade das estratégias, políticas e experiências. Homem e mulher, branco e não-branco, rico e pobre, jovens e velhos, original e tradução, autor e tradutor, arte e mercado. Não interessa ao pós-estruturalismo perpetuar esses modelos, e se a sua presença é constantemente interpelada é com o objetivo de mostrar suas ficções e a fragilidade com que se sustentam.

Venuti não esconde sua preferência pela estrangeirização, método segundo ele mais adequado e respeitoso ao texto estrangeiro. Nesse aspecto, sua proposta teórica acaba tornando-se uma política conservadora e maniqueísta. Nesse aspecto corrobora a opinião de Mary Snell-Hornby (2006). Segundo a autora:

Venuti escreve sua “história da tradução” segundo a qual as traduções estrangeirizadoras (como Homero traduzido por Newman) são concebidas como fundamentalmente boas, e a domesticação de alguns (a exemplo das traduções “fluentes” que deixam o tradutor “invisível”, como Homero traduzido por Matthew Arnold) são vistas como fundamentalmente ruins (SNELL-HORNBY, 2006, p.146 – tradução nossa).

Para Venuti, uma das vantagens advindas da estrangeirização é a possibilidade de fazer visível não apenas um produtor textual, alguém que reescreve, mas visibilizar também a contingência na qual os textos são produzidos. Assim, a tradução é percebida como uma transformação textual contextualizada onde o tradutor imporá sua leitura, como uma possibilidade sobre as demais. Como esclarece Luana Freitas, a partir da imposição dessa leitura, o tradutor cria uma rede de significados que não existe em instância autônoma, mas que é negociada enquanto construção social e política.

Tanto o significado quanto a interpretação se moldam à bagagem intelectual do autor e do tradutor, as suas crenças teóricas e filosóficas e têm como limite o condicionamento do pensamento político e ideológico de cada

sociedade. Assim, em Venuti, a noção tradicional de autoria tem de ser revista. Ora, se os significados e o contexto são determinados por fatores sociais e históricos então não há autenticidade nem originalidade no escrever. Ao contrário, há uma previsibilidade inerente à produção textual da qual não se pode fugir. Tanto o autor quanto o tradutor têm suas atividades limitadas pelas práticas sociais. (FREITAS, 2008, p.56-7).

Nesse aspecto a autoria é reafirmada e reiterada no discurso de Venuti sobre a tradução, e mais especificamente sobre a estrangeirização. É possível ainda supor que, nos termos de sua proposta, para Venuti (1995a, 2002) o tradutor pode vir a ser autor apenas através da adoção de um método estrangeirizador, tendo em vista que a submissão caracterizada pela domesticação implica não apenas na invisibilidade, mas também na supremacia do hegemônico ou do autor sobre o tradutor.

Assumir a autoria é não apenas uma possibilidade, mas uma estratégia da proposta de “tradução minorizante”¹¹ sugerida por Venuti. Em *The Translator Invisibility* ele afirma:

[os tradutores] podem trabalhar para rever o conceito individualista de autoria que tem banido a tradução dos liames da cultura anglo-americana, não apenas pelo desenvolvimento de práticas de tradução inovadoras na qual seu trabalho se torna visível para os leitores, mas também pela apresentação de raciocínios sofisticados para essas práticas em prefácios, ensaios, palestras e entrevistas. (...) Reconhecendo o tradutor como um autor questiona-se a individualização do conceito corrente de autoria sugerindo-se que a escrita não pode ser uma mera autorrepresentação porque essa noção é derivada de uma tradição em um momento histórico específico. (VENUTI, 1995a, p.311 – tradução nossa).

Na citação acima percebe-se a importância atribuída por Venuti de que os tradutores se caracterizem como sujeitos políticos em atuação, com poder de agência para questionar e desestabilizar a noção romântica e logocêntrica de autoria. Essa mesma preocupação é acompanhada por um interesse em instrumentalizar os tradutores para que possam negociar essa posição a partir dos recursos de linguagem manuseados pelo mercado editorial: negociação de direitos autorais, visibilidade gráfica dos créditos, explicitação de normas em cláusulas contratuais, entre outros mecanismos, são sugeridos por Venuti como uma forma de tradutores efetivarem sua emergência política como autores a partir dos dispositivos de poder legitimados, nesse caso as instituições jurídicas.

Problemática em Venuti é ainda a relação conflituosa entre sua concepção de texto - supostamente um espaço de instabilidade onde os significados não estão [tampouco podem

¹¹ Venuti refere-se a seu projeto como uma “proposta de tradução minorizante”, tendo em vista que busca visibilizar o resíduo de grupos socialmente subalternizados e seu uso diferenciado da linguagem em oposição aos modelos centrais e hegemônicos que se manifestariam como uma forma social e culturalmente localizada em relação a outras variantes.

estar] presentes como impressão transparente de um pensamento – e sua proposta de tradução minoritária através da estratégia de estrangeirização. Consoante as observações de Ana Siqueira, Venuti parece desviar-se do pós-estruturalismo à medida que pressupõe uma dimensão textual estável, onde os tradutores podem “impor sua leitura”, e inscrever de forma visível e perceptível um discurso minoritário que ofereça resistência à leitura. Segundo a autora, a proposta de Venuti torna-se incompatível com sua própria base teórica quando pressupõe a possibilidade de um texto essencialmente resistente ou que possa evidenciar as tensões entre as instâncias culturais envolvidas.

Venuti parece atribuir, à noção de texto com que trabalha, a característica essencialista de ser o lugar onde podem estar depositados não só os significados, mas também as intenções do tradutor, os quais, pretensamente, poderiam ser recuperados pelo leitor (SIQUEIRA, 2002, p. 11).

A concepção de Venuti é do significado como um item em construção, mas mediado por um contexto político e social. É nessa dimensão de contexto que Venuti sustenta a necessidade de se afastar de Derrida (1995a, p. 115) tendo em vista que este o francês não problematiza as tensões sociais que circunscrevem a produção de textos traduzidos. Assim para Venuti, interessa o pós-estruturalismo como ferramenta potencial para desestabilizar as categorias hegemônicas que repetidamente têm sido manejadas para teorizar a tradução. Para estabelecer sua proposta política, Venuti desloca-se para um campo teórico relativamente distante do pós-estruturalismo: o materialismo histórico dialético. Retomando Ana Siqueira:

O fato de Venuti afastar-se de Derrida e preferir o que esse pensador expõe a respeito da noção de contexto cria um ponto de tensão em sua reflexão, implicando ideias conflitantes em relação ao texto. Por um lado, o teórico afirma refletir sobre a tradução pressupondo ‘a extensão revisionista de Derrida da linguística saussureana, particularmente seu conceito de iterabilidade’. Por outro lado, questiona o próprio conceito de iterabilidade, afirmando ser preciso ir além desse conceito para poder fazer um exame de determinantes sociais do significado (SIQUEIRA, 2002, p. 69)¹².

Assim, observamos uma oscilação, ou em certos termos, uma incoerência [estratégica] entre uma concepção plural de significado – concepção essa marcada pela instabilidade e possibilidade de impressão do pensamento ou do controle do autor sobre o texto que produz – e uma instância de estabilidade onde o tradutor ou autor poderia inscrever de modo eficiente àquilo que deseja.

A partir dessa concepção de textualidade é possível entrever também uma oscilação na percepção de autoria estabelecida por Venuti. Para os propósitos desse trabalho entendemos

¹² As referências a Venuti nessa citação dizem respeito ao artigo publicado na revista Palavra, da PUC-Rio, em 1995, publicado anteriormente em inglês.

que a noção de autoria é não apenas uma categorização, uma abstração teórica, mas também um dispositivo discursivo manejado de modo a [des]construir certos efeitos nos meios sociais em que circula. Assim como Venuti, entendemos que esse conceito, em seu uso acadêmico e social, é historicamente localizado, mas também que como produto construído pelo uso, tem um potencial de mutação e reinvenção à mercê dos espaços sociais que ocupe (FOUCAULT 1990; 2009).

O conceito de autor, como sugere Erwin Goffman (1981), tem a potencialidade de “autorizar”. Nos termos de Goffman, o autor é o sujeito que assume um papel central, sendo também aquele a quem se responsabiliza ou credita um determinado discurso. A partir dessa perspectiva, o sociólogo canadense busca um deslocamento da noção de autor como criador de um texto para reinserir a categoria como um dispositivo de enunciação, um recurso discursivo com notáveis implicações sociais. Uma das alegorias apresentadas por Goffman para exemplificar sua posição são os discursos políticos. De acordo com o autor, os discursos frequentemente são escritos por outros, em geral profissionais responsáveis e especialistas em temas diversos, aptos para tal exercício. Todavia, é através da sua leitura, feita por alguém autorizado que faz com que surjam como “discursos autorizados”.

Nesse ínterim Goffman (1981, p. 146) ainda discute uma distinção entre autor e animador. O autor, como já dito, seria o responsável moral pelo que se diz, ao passo que o animador corresponderia à função de dizer, mas se imiscuindo das responsabilidades diretas pelo que fala, em certa medida, a exemplo daqueles que escrevem os discursos políticos, podem ser os produtores, a persona por trás do que está escrito, mas que não assume a “autoria” enquanto responsabilidade.

Na reflexão de Venuti a autoria aparece como um plano a ser contestado, todavia não lhe é posto uma solução alternativa. Para o teórico da tradução, a concepção de autoria como uma expressão livre, transparente e original de um pensamento genial e criativo é um dos fatores que mais tem contribuído para o lugar socialmente inferiorizado e desprestigiado ocupado pela tradução (VENUTI, 1995a, p.7). Venuti contesta essa dimensão demiúrgica de autoria, questionando-a e invertendo as hierarquias entre original e tradução, entendendo que não há original sem tradução Venuti sustenta que a tradução é uma operação caracterizada por um duplo poder de produção e transformação.

Ainda que negue o lugar do autor enquanto produtor do texto de partida, estrangeiro, Venuti busca evidenciar os aspectos da cultura de origem através de uma política de tradução de textos periféricos no cânone da cultura estrangeira. Nesse aspecto, o tradutor é visto como

um agente cultural que teria como propósito afirmar ou sublimar a violência etnocêntrica implicada na operação de tradução.

Em termos teóricos parece-nos particularmente frágil a proposta de Venuti de desestabilizar a figura do autor como entidade logocêntrica e ficticiamente original e autêntica para colocar aí a figura do tradutor. Mesmo reconhecendo a particularidade da autoria assumida pelo tradutor, caracterizando-a como uma “outra autoria”, enfim, uma autoria derivativa, as implicações desse posicionamento enquanto autor são problemáticas, em especial pela responsabilidade política que o teórico incute ao tradutor.

É especialmente paradoxal a estratégia de Venuti de quebrar e romper com uma tradição romântica de autoria - que tem caracterizado bons textos traduzidos como aqueles que têm a versatilidade de passar como textos nativos, fluentes e que por sua vez reproduzem a ilusão da transparência, omitindo assim o processo e os agentes de reescrita por trás - através da repetição ou inauguração de novas categorias essencialistas e binárias.

Na contramão dessa constatação é preciso admitir que, ao menos em princípio, pressupor uma desconstrução implica também numa possibilidade de reconstrução. Assim, aquém da constatação primeira e acusatória de uma contradição, de um desvio teórico a proposta de Venuti, conciliada ao aparelho crítico de desconstrução pode ser enxergada e analisada como uma estratégia política. Nos termos de uma estratégia, é preciso relativizar e analisar o que em primeira instância julgaríamos como contradições ou equívocos nos termos do objetivo que se pretende alcançar.

Venuti indica que o tradutor pode *vir a ser* autor, mas ao mesmo tempo não quer que a tradução seja lida como um texto nativo, como um original. Pelo contrário, para ele importa que a tradução seja reconhecida como tal porque é a partir dessa instância que uma das questões centrais a que ele se propõe a discutir será transformada: a posição desfavorável ocupada pela tradução na cultura ocidental. Acreditamos que Venuti tem claro que é mais fácil convencer um leitor sobre a importância do tradutor através de uma estratégia de visibilização da história desses profissionais do que pela desconstrução ou relativização de categorias já arraigadas no senso comum. Entendemos assim que seja pela ressignificação do tradutor como autor (2002, p.87), seja pela reiteração da categoria com suas problemáticas, é preciso entender a manobra de Venuti como uma estratégia considerando as implicações cabíveis a partir disso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando Carneiro da Cunha apresentada há alguns parágrafos, acreditamos que “a reflexividade tem efeitos dinâmicos tanto sobre aquilo que ela reflete” – no nosso caso, a noção de autor, “como sobre as próprias metacategorias, como ‘autoria’” (2012, p. 363). Assim, entendemos que a reflexão marcadamente sociopolítica, mas também conceitual e filosófica empreendida por Venuti apresenta-se como um desafio de proporções não apenas teóricas, mas, sobretudo, práticas para o exercício e reflexão sobre a atividade tradutória.

A autoria apresenta-se no cenário da escrita como uma categoria em disputa não apenas no terreno do reconhecimento ou da visibilidade; por trás dessa concepção de autoria como gênio criador, a que se referiu Foucault, subjaz também a noção de autor como autoridade, personagem responsável pelos efeitos morais daquilo que afirma. As relações entre escrita e representação são potenciais e não menos problemáticas que as diversas camadas que constituem o tecido nevrálgico que é o texto. Interesses, contextos, lugares, subjetividades e estéticas misturam-se e confundem para dar forma a ossos, músculos, nervos e pele daquilo que chamamos de texto. Sobre esse texto+organismo nada é dado o priori, nada lhe é anterior. A interpretação, ou melhor dizendo, os intensos e processos de significação são parte constitutiva do próprio processo de construção do texto enquanto superfície caleidoscópica e imersível, superfície+vazio que em palimpsestos (ARROJO, 1986) apaga-se para em seguida reerguer-se, refazer-se e desfazer-se continua e concomitantemente.

Assim entendemos que a aparente tensão ou conflito entre base teórica e proposta política pode ser entendida aquém da detecção de um erro conceitual ou de uma incoerência política como uma estratégia de cunho pragmático. Incorporando a argumentação apresentada pelo tradutor brasileiro Paulo Henriques Britto (2001), é preciso por um lado considerar que, por mais problemáticos que sejam, há conceitos e noções em quaisquer ciências, mas especificamente em tradução que, por uma impossibilidade de caráter prático, não podem ser abandonados. Nesse ínterim, ao abrir mão da possibilidade de explosão da categoria de autor, Venuti opta por uma apropriação indevida, uma assimilação quase antropofágica onde as funções e responsabilidades que comumente se atribuem a um pretense criador são [re]significadas.

Retomando as considerações de Paul de Man, para quem desconstruir implica em abrir espaço para uma reconstrução, bem como a observação de Niranjana (1992), para quem a tradução inaugura a possibilidade de uma reconstrução histórica, um novo espaço de

legibilidade. Nesse novo espaço, é possível romper com os mecanismos de significação anteriormente estabelecidos que, aliás, fariam parte de um regime de conhecimento logocêntrico que não interessam mais. O que a ciência logocêntrica, cartesiana e racional conceberia como inconsistência, erro ou equívoco, dentro do escopo do pós-estruturalismo pode ser entendido como uma manobra legítima, ainda que não menos perigosa. Questionamo-nos aqui sobre a possibilidade do pós-estruturalismo, em oferecer qualquer possibilidade concreta de resposta prática aos problemas que investiga. O caso de Venuti parece ser potencialmente tensionado para abordar tal questão e sugere que, se por um lado o pós-estruturalismo é “bom para pensar”, por outro ele, em suas limitações, tende a apoiar-se em outras correntes e possibilidades teóricas acessórias para estabelecer suas propostas.

É preciso considerar ainda que a tradução não pode ser dissociada dos aspectos culturais e contextuais em que está inserida; nesse aspecto, toda tradução é iminente uma operação cultural (NIRANJANA, 1992), um esforço de abertura de brechas em um entre-lugar duplamente perpassado por expectativas, valores e posições diferenciadas, constituindo aquilo que Asad (1986) chama de “cultural translation”, uma posição privilegiada de estabelecimento de diálogo entre duas línguas-culturas (1986, p.155). Nesse ínterim, tradutor não poder ser entendido como um criador, um engenheiro mitológico responsável pela armação da linguagem (DERRIDA, 2002, p. 126), mas como aquilo que Lévi-Strauss de forma bastante precisa chama de “bricoleur”. O tradutor, assim como o bricoleur é esse artífice, artesão, aquele que trabalho no/com o manual, por meios indiretos e que se define por sua instrumentalidade (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.38). Na dialética da cultura e dos sistemas sociais onde circulam os textos, o texto não comunica a si mesmo, tampouco são significados externamente pelas sociedades que os cria. Não, pelo contrário, os textos são construídos nas e pelas sociedades, em um movimento de contaminação recíproca onde os grupos significam os textos e são significados pelos textos. Nesse aspecto, o tradutor-bricoleur aparece como um agente em especial, cujo processo de interação aparece como um piscar em palimpsesto a partir do qual se inicia uma ininterrupta cadeia de disseminações.

Retomando a noção de autor proposta por Venuti, é preciso admitir que, se por um lado ela oferece ganhos significativos ao trazer para a teoria importantes contribuições no sentido de inserir na agenda da disciplina uma dimensão que não seja unicamente linguística, mas também a das subjetividades e da instabilidades da produção textual, essa mesma crítica é retida pela necessidade de propor um arranjo político e uma proposta de ação que possa resystir às políticas editoriais de tradução como atividade menor ou subalterna. Essa proposta, é preciso admitir, tem seus custos e perigos; nem sempre é possível, dentro das relações de

intensa desigualdade e heterogeneidade que compõem o mercado editorial, que tradutores assumam o radical conservadorismo da proposta de Venuti. De maneira semelhante, é necessário ainda considerar que haverá tradutores que não se identifiquem política ou ideologicamente com a proposta de Venuti, rejeitando-a, mas nem por isso abrindo mão de uma posição que, quiçá, possamos chamar de “autor”.

O objetivo do presente trabalho não foi esgotar as discussões em torno da questão; supor isso seria no mínimo ingênuo para as pequenas dimensões que a pesquisa desenvolvida foi capaz de suportar. Todavia, ao longo da escrita nossa maior preocupação foi inserir elementos que pudessem subsidiar a constante tarefa de questionar conceitos e colocá-los a prova, verificando assim sua possibilidade de explicação. A manobra desenvolvida por Venuti para lidar com o problema da autoria é perigosa, mas nem por isso é menos válida.

Parafraseando uma das maiores representantes do feminismo negro, a estadunidense Audre Lorde, acreditamos que romper com os mecanismos históricos de dominação utilizados pelo “senhorio” usando os mesmos mecanismos pode solucionar alguns problemas pontuais, mas não cessar a subalterniz[-ação]. É preciso partir para estratégias diferenciadas de criação, abrir mão de conceitos já estabelecidos e, a partir das próprias experiências subalternas, desenvolver um novo aparato de contra-ataque que seja suficientemente novo para não repetir os mecanismos de controle e supervisão anteriormente estabelecidos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. (Org.). **O Signo desconstruído**: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas (SP): Pontes, 1992.

_____. **Tradução, desconstrução e psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

_____. “Os Estudos da tradução na pós-modernidade, o reconhecimento da diferença e a perda da inocência”. In.: Cadernos de Tradução. N. 1, vol.1. Florianópolis: UFSC, 1996.

ASAD, Talal. The Concept of cultural translation in British social anthropology. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. **Writing Culture**: the poetics and politics of ethnography. Berkeley: California University Press, 1986.

BARTHES, Roland. “A Morte do autor”. In. _____. **O Rumor da Língua**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRITTO, Paulo Henriques. “Desconstruir para quê?” In.: Cadernos de Tradução. N. 8, vol.2. Florianópolis: UFSC, 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires. A Presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. In: Novos Estudos, n. 23. São Paulo: CEBRAP, 1988.

CARNEIRO DA CUNHA, Maria Manoela. “cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CLIFFORD, James. Introduction – partial truths. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. **Writing Culture**: the poetics and politics of ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986.

_____. **Dilemas de la cultura**: antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna. Barcelona: Gedisa, 2001.

CORACINI, Maria José. “O cientista e a noção de sujeito na linguística: expressão de liberdade ou submissão?” In: ARROJO, Rosemary (Org.). **O Signo desconstruído**: implicações para a tradução, o ensino e a leitura. Campina (SP): Pontes, 1992.

CRONIN, Michael. **Translating Ireland**: translation, languages, culture. Cork: Cork University Press, 1996.

CULLER, Jonathan. Sobre a desconstrução: teorias e crítica do pós-estruturalismo. Tradução de Patrícia Burrowers. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DERRIDA, Jacques. “Des Tours de Babel”. In: GRAHAM, Joseph (ed.). **Difference in translation**. Londres: Cornell University, 1985.

_____. “A Diferença”. In: COSTA, Joaquim; MAGALHÃES, Antonio. **Margens da Filosofia**. Campinas: Papiros, 1991.

_____. **A Escritura e a diferença**. 3ª ed. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Gramatologia**. 2ª ed. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ESTEVES, Lenita Maria Rimoli. “Quando os tradutores são autores: a reviravolta efetuada pela ‘função autor’”. In: Claritas, n. 9. São Paulo: PUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. “O que é um autor?”. In: **Ditos e Escritos**- vol.3. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREITAS, Luana Ferreira. “Visibilidade Problemática em Venuti”. In: Cadernos de Tradução, vol. 2, n.12. Florianópolis: UFSC / PGET, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 2008.

GENTZLER, Edwin. **Teorias contemporâneas da tradução**. Tradução de Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Forms of Talk**. Philadelphia: Pennsylvania Press, 1981.

HEILBRON, Johan; SAPIRO, Gisèle. “Por uma sociologia da tradução: balanços e perspectivas”. Tradução de Marta Pragana Dantas e Ana Cláudia de Sousa Costa. In: Graphos, vol.11, n.2. João Pessoa: PPGL, 2009. p. 13-28.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “A Estrutura e a forma: reflexões acerca de uma obra de Vladimir Propp”. In: _____. **Antropologia Estrutural Dois**. Tradução de Betriz Perrone Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

_____. **O Pensamento Selvagem**. 2ª edição. Tradução de Maria Celestina da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

NIRANJANA, Tejaswin. **Siting Translation**. Berkeley: California University Press, 1992.

RAJAGOPALAN, Kanavalli. “A Trama do signo: Derrida e a desconstrução de um projeto saussuriano”. In: ARROJO, Rosemary. **O Signo Desconstruído: implicações para a leitura, a tradução e o ensino**. Campinas (SP): Pontes, 1992.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. “A Ética da Apropriação”. In Tradução e Comunicação – Revista Brasileira de Tradutores, n. 17. São Paulo: Anhanguera, 2008.

_____. “A prática da tradução por teóricos tradutores”. Tradução em Revista – revista brasileira de tradutores, vol. 4. Rio de Janeiro: Anhanguera, 2007.

SIQUEIRA, Ana Maria. **Aspectos conflitantes nas concepções textuais da reflexão de Lawrence Venuti sobre tradução**. Dissertação mestrado em Linguística Aplicada. Campinas (SP): Unicamp, 2002.

SNELL-HORNBY, Mary. **The Turns of translation studies: new paradigms or shifting viewpoints?** Amsterdam: John Benjamins, 2006.

TYMOCZKO, Maria. "Translation and Political Engagement: activism, social change and the role of translation in geopolitical shifts". In: *The Translator: Volume 6, Number 1*. Saint Jerome, 2000.

_____. “Postcolonial writing and literary translation”. In BASSNETT, Susan; TRIVEDI, Harish. *Postcolonial Translation*. Londres: Routledge, 1999.

VENUTI, Lawrence. “Introduction”. In: _____ (Ed.). **Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology**. Londres: Routledge, 1992.

_____. **The Translator’s invisibility: a history of translation**. Londres: Routledge, 1995a.

_____. Translation, authorship, copyright. In: *The Translator*, vol. 1, n.1. Manchester: Saint Jerome, 1995b.

_____. **Escândalos da Tradução: por uma ética da diferença**. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucineia Marcelino Villela, Marleide Dias Esquerda e Valéria Biondo. Bauru (SP): EDSC, 2002.

APÊNDICE

TERMO DE COMPROMISSO DE ORIGINALIDADE

Eu, **THIAGO DE LIMA OLIVEIRA**, portador do documento de identidade de número 3290341, na qualidade de aluno da Graduação do Curso de Tradução da Universidade Federal da Paraíba, declaro, para os devidos fins, que:

- O Trabalho de Conclusão de Curso anexo, requisito necessário à obtenção do grau de bacharel em tradução pela Universidade Federal da Paraíba, encontra-se plenamente em conformidade com os critérios técnicos, acadêmicos e científicos de originalidade;
- O referido TCC foi elaborado com minhas próprias palavras, ideias, opiniões e juízos de valor, não consistindo, portanto **PLÁGIO**, por não reproduzir, como se meus fossem, pensamentos, ideias e palavras de outra pessoa;
- As citações diretas de trabalhos de outras pessoas, publicados ou não, apresentadas em meu TCC, estão sempre claramente identificadas entre aspas e com a completa referência bibliográfica de sua fonte, de acordo com as normas vigentes da ABNT;
- Todas as séries de pequenas citações de diversas fontes diferentes foram identificadas como tais, bem como as longas citações de uma única fonte foram incorporadas suas respectivas referências bibliográficas, pois fui devidamente informado e orientado a respeito do fato de que, caso contrário, as mesmas constituiriam plágio;
- Todos os resumos e/ou sumários de ideias e julgamentos de outras pessoas estão acompanhados da indicação de suas fontes em seu texto e as mesmas constam das referências bibliográficas do TCC, pois fui devidamente informado e orientado a respeito do fato de que a inobservância destas regras poderia acarretar alegação de fraude.

A professora responsável pela orientação de meu trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentou-me a presente declaração, requerendo o meu compromisso de não praticar quaisquer atos que pudessem ser entendidos como plágio na elaboração de meu TCC, razão pela qual declaro ter lido e entendido todo o seu conteúdo e submeto o documento em anexo para apreciação da Coordenação do Curso de Tradução da UFPB como fruto de meu exclusivo trabalho.

João Pessoa, 06 de Setembro de 2013.

Thiago de Lima Oliveira